

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das Notas Explicativas.

Congonhas, 10 de abril de 2014. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012	2013	2012
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	507.568	433.168	4.815.211	4.081.425	Empréstimos e financiamentos	13	42.247	1.588	42.247	1.588
Contas a receber de clientes	5	11.970	318.247	220.739	498.578	Fornecedores terceiros		38.167	67.613	40.089	76.806
Estoques	6	85.599	199.886	85.599	199.886	Fornecedores com partes relacionadas	8	17.487	131.852	17.487	131.852
Adiantamentos a fornecedores		423.245	694.029	423.245	694.029	Salários, provisões e contribuições sociais		11.457	18.402	11.522	18.456
Impostos a recuperar		46.025	150.584	47.866	150.891	Tributos a recolher		10.498	6.765	22.488	19.494
Empréstimos e recebíveis	7	11.765	24.308	51.854	26.375	Dividendos propostos	16	336.673	736.673	336.673	736.673
Outros ativos		3.154	3.394	3.549	3.235	Outras contas a pagar		71.908	68.855	82.229	96.318
Total do ativo circulante		1.089.326	1.823.616	5.648.063	5.654.419	Total do passivo circulante		528.437	1.031.748	552.735	1.081.187
Não circulante						Não circulante					
Adiantamentos a fornecedores	8	8.522.067	7.757.475	8.522.067	7.757.475	Empréstimos e financiamentos	13	339.961	335.806	339.961	335.806
Empréstimos e recebíveis	8	-	-	39.824	69.479	Provisão para riscos	14	5.020	5.008	5.020	5.008
Impostos diferidos	9	1.968	325.706	1.968	325.706	Tributos a recolher		65.981	-	65.981	-
Impostos a recuperar	7	124.596	140.309	124.596	140.309	Outras contas a pagar		15.693	14.587	15.693	14.587
Outros ativos		4.934	3.619	5.006	3.704	Total do passivo não circulante		426.655	355.401	426.655	355.401
Investimentos	10	4.746.381	4.023.018	171.760	171.760	Patrimônio líquido					
Imobilizado	11	505.947	466.129	506.233	466.459	Capital social	16	2.800.000	2.800.000	2.800.000	2.800.000
Intangível	12	584.140	578.688	584.140	578.688	Reservas de capital		6.473.699	6.473.699	6.473.699	6.473.699
Total do ativo não circulante		14.490.033	13.294.944	9.955.594	9.513.580	Ajustes de avaliação patrimonial		161.637	161.637	161.637	161.637
						Reserva de contingências		2.388.931	1.496.075	2.388.931	1.496.075
						Reservas de lucros		2.800.000	2.800.000	2.800.000	2.800.000
Total do Ativo		15.579.359	15.118.560	15.603.657	15.167.999	Total do patrimônio líquido		14.624.267	13.731.411	14.624.267	13.731.411
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.579.359	15.118.560	15.603.657	15.167.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por lote de mil ações)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receita operacional líquida	18	2.023.965	2.996.592	2.369.836	3.836.415
Custo dos produtos vendidos	19	(1.075.804)	(2.198.342)	(1.090.901)	(2.203.494)
Lucro bruto		948.161	798.250	1.278.935	1.632.921
Recargas (despesas) operacionais					
Vendas	19	(238.464)	(527.939)	(419.915)	(828.646)
Gerais e administrativas	19	(48.801)	(53.093)	(55.966)	(57.985)
Outras despesas, líquidas	19	(20.087)	(51.090)	(21.033)	(52.043)
Resultado de equivalência patrimonial	10	723.363	829.785	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		416.011	197.663	(496.914)	(938.674)
Resultado financeiro		1.364.172	995.913	782.021	694.247
Receitas financeiras, líquidas	20	1.106.347	1.002.101	1.131.149	1.034.301
Varição cambial, líquida	20	(45.557)	13.484	523.562	295.407
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.060.790	1.015.585	1.654.711	1.329.708
Imposto de renda e contribuição social		2.424.962	2.011.498	2.436.732	2.023.955
Correntes	9	(1.208.368)	(109.559)	(1.220.138)	(122.016)
Diferidos	9	(323.738)	(285.453)	(323.738)	(285.453)
Lucro líquido do exercício		892.856	1.616.486	892.856	1.616.486
Lucro líquido básico e diluído do exercício por lote de mil ações - R\$		1,8794	3,4026		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do exercício		892.856	1.616.486	892.856	1.616.486
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		892.856	1.616.486	892.856	1.616.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	892.856	1.616.486	892.856	1.616.486
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Variações monetárias e cambiais líquidas	44.532	29.794	(2.529)	(31.085)
Provisão para encargos sobre empréstimos e financiamentos	23.244	27.584	23.244	24.977
Depreciação/exaustão/amortização	20.603	16.152	20.716	16.423
Resultado de equivalência patrimonial	(723.363)	(829.785)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	1.532.106	395.012	1.543.876	407.469
Provisão de vendas a termo	-	-	41.658	(42.175)
Provisão para juros ativos	(688.185)	(656.686)	(686.333)	(656.686)
Dividendos a receber - MRS Logística	(31.841)	(24.239)	(31.841)	(24.239)
Outras provisões	15.262	54.136	12.795	88.522
Total	1.085.214	628.454	1.814.442	1.399.692
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber clientes	308.081	(260.888)	238.369	(203.312)
Estoques	92.417	50.735	92.417	50.735
Adiantamentos a fornecedores	24.115	(16.635)	24.115	(16.635)
Impostos a recuperar	(3.281)	(167.075)	(16.585)	(179.839)
Empréstimos e recebíveis	19.024	4.751	18.987	5.200
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores terceiros	(31.615)	(10.906)	(55.768)	(1.715)
Fornecedores com partes relacionadas	57.579	463.279	57.579	463.279
Salários, provisões e contribuições sociais	882	3.031	892	2.815
Tributos a recolher	70.610	(1.939)	70.711	(1.733)
Outras contas a pagar	(5.719)	(5.955)	(5.283)	(13.043)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.617.307	686.852	2.239.876	1.505.444
Dividendos recebidos	33.171	26.057	33.171	26.057
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.084.816)	(119.268)	(1.084.816)	(119.268)
Juros pagos	(21.837)	(31.292)	(21.837)	(27.855)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	543.825	562.349	1.166.394	1.384.378
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(66.770)	(127.728)	(66.841)	(127.871)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(66.770)	(127.728)	(66.841)	(127.871)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de novos empréstimos e financiamentos	-	12.989	-	12.989
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.655)	(146.016)	(2.655)	(1.414)
Dividendos pagos	(400.000)	(300.000)	(400.000)	(300.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(402.655)	(433.027)	(402.655)	(288.425)
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	36.888	53.538
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	74.400	1.594	733.786	1.021.620
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	433.168	431.574	4.081.425	3.059.805
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	507.568	433.168	4.815.211	4.081.425
Total	74.400	1.594	733.786	1.021.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reservas de capital		Reserva legal	Investimentos	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
				Reserva especial de ágio na incorporação	Reserva de lucros a realizar			Reserva de contingências				
Saldos em 31 de dezembro de 2011		1.173.954	6.707.886	1.391.859	259.249	1.463.763	956.577	-	161.637	-	12.114.925	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.616.486	1.616.486
Aumento de capital	16.a	1.626.046	(1.626.046)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações:												
Reserva de investimento		-	-	-	-	120.411	-	-	-	-	(120.411)	-
Reserva de contingências	16.d	-	-	-	-	-	1.496.075	-	-	-	(1.496.075)	-
Reserva de lucros a realizar	16.a	-	-	-	-	956.577	(956.577)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		2.800.000	5.081.840	1.391.859	259.249	2.540.751	-	1.496.075	161.637	-	13.731.411	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	892.856	892.856
Destinações:												
Reserva de contingências	16.d	-	-	-	-	-	-	892.856	-	-	(892.856)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		2.800.000	5.081.840	1.391.859	259.249	2.540.751	-	2.388.931	161.637	-	14.624.267	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Nacional Minérios S.A. ("Companhia" ou "Namisa") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em novembro de 2006 e domiciliada no Brasil, e sua sede está localizada na cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais. A Companhia é controlada através de Acordo de Acionistas celebrado entre a Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN"), que detém 60% das ações de emissão da Namisa, e um Consórcio Asiático formado pelas empresas Itochu Corporation, JFE Steel Corporation, POSCO, Kobe Steel Ltd., Nishin Steel Co. Ltd. e China Steel Corp., as quais detêm, em conjunto, 40% das ações de emissão da Companhia. A Companhia e suas subsidiárias integrantes das demonstrações financeiras consolidadas operam sob controle comum e desenvolvem suas operações de mineração no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, onde possuem direitos de exploração de recursos minerais, bem como instalações de processamento de minério de ferro. A Companhia também conta com uma rede de logística integrada, por meio de contratos de longo prazo com a CSN, composta de ferrovia e instalações portuárias para o escoamento de sua produção. Essa rede de logística integrada permite a locomoção do minério de ferro produzido nos municípios de Congonhas, Ouro Preto, Itabirito, Rio Acima e Nova Lima, no Estado de Minas Gerais, até Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O minério de ferro próprio, somado ao adquirido de terceiros, é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle de gestão da Companhia.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade -

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

(h) Ativos intangíveis
Representados substancialmente pelo ágio na aquisição de controlada já incorporada, conforme detalhado na nota explicativa nº 12, reconhecido pela diferença positiva entre o valor pago e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio possui vida útil indefinida, não está sujeito à amortização e é testado, no mínimo, anualmente para verificar prováveis perdas no seu valor recuperável ("impairment"). Eventuais perdas no valor recuperável não são revertidas em períodos subsequentes.

A Companhia possui a única Unidade Geradora de Caixa - UGC, dedicada integralmente à atividade de beneficiamento de minério de ferro, à qual o ágio foi alocado para fins de teste de "impairment".

(i) "Impairment" de ativos não financeiros
A Companhia revisa anualmente, ou em período menor quando existir evidência de deterioração, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros sujeitos à amortização com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda.

(j) Ativos e passivos circulantes e não circulantes
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída com resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para sua liquidação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(k) Empréstimos e financiamentos
Atualizados monetariamente até as datas dos balanços pelas variações cambiais e monetárias e pelos encargos financeiros incorridos, conforme previsto contratualmente.

(l) Benefícios a empregados - previdência privada e programa de remuneração variável
A Companhia é patrocinadora de plano de pensão, instituído em 2012, administrado por entidade fechada de previdência privada (CBSPREV Namisa), que prevê aos empregados benefício de aposentadoria na modalidade de contribuição definida e benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte) na modalidade de benefício definido, com custeio integral por parte dos empregados.

Em relação ao benefício de aposentadoria, as contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registradas no resultado do período em que são devidas. A obrigação da Companhia limita-se à contribuição mensal até o período em que o empregado esteja ativo. Em virtude de os benefícios de risco serem integralmente custeados pelos empregados, a Companhia somente reconhece um passivo à medida que o fundo acumulado para esse fim não seja suficiente para cobrir eventual concessão do benefício nos casos previstos.

Em relação ao programa de remuneração variável dos empregados, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados e pagamento de bônus, calculados com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizados em contas de benefícios a empregados no resultado do exercício.

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes são provisionados à medida que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, as perdas sejam avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nesses processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados, e as obrigações legais são registradas como exigíveis.

(n) Imposto de renda e contribuição social
Os tributos sobre o lucro compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, também são reconhecidos no patrimônio em outros resultados abrangentes, na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

O tributo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas subsidiárias atuam e geram lucro tributável. No Brasil, a alíquota nominal dos tributos sobre o lucro é de 34%.

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, exceto: (i) no reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável; e (ii) diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, uma vez que há o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade sujeita à tributação.

(o) Investimentos
Avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(p) Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

(q) Informações por segmento
As demonstrações financeiras não incluem informações por segmento, tendo em vista que a Companhia opera apenas um segmento operacional relativo ao beneficiamento e à venda de minério de ferro, o qual é consistente com os relatórios internos que servem de base para as avaliações e decisões estratégicas da Diretoria Executiva.

(r) Receita operacional líquida
A receita operacional da venda de minério de ferro no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados e a possível devolução de produtos possam ser estimados de maneira confiável, não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Em virtude das condições individuais do contrato de venda e frete, a transferência dos riscos e benefícios normalmente ocorre na transposição das mercadorias da amurada do navio, no porto de origem.

(s) Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, pré-pagamentos a partes relacionadas, receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas por equivalência patrimonial nas controladas) e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito de a Companhia receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(t) Instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros
• **Ativos financeiros**

São classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

(i) Pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros são mensurados pelo valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando é adquirido principalmente para o propósito de realização em curto prazo. Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial quando essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

(ii) Empréstimos e recebíveis
São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método dos juros efetivos.

Método dos juros efetivos
É um método para calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o exercício. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos), por meio da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

• **Passivos financeiros**
São classificados como: (i) pelo valor justo por meio do resultado; ou (ii) outros passivos financeiros. A Companhia não possui passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o exercício.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente pagamentos estimados futuros de caixa por meio da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

(u) Normas novas, alterações e interpretações de normas aplicadas no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013
As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013:

Norma	Descrição
IAS 1/CPC 26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Financeiras
IAS 19 (R)/CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados
IAS 28 (R)/CPC 18 (R2)	Investimentos em Coligadas e Controladas em Conjunto
IFRS 7/CPC 40 (R1)	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
IFRS 10/CPC 36 (R3)	Demonstrações Financeiras Consolidadas
IFRS 11/CPC 19 (R2)	Negócios em Conjunto
IFRS 12/CPC 45	Divulgação de Participações em Outras Entidades
IFRS 13/CPC 46	Mensuração do Valor Justo
IFRIC 20/CPC 18	Custos de Remoção de Estéril ("Stripping") de Mina de Superfície na Fase de Produção

Essas novas normas foram observadas na preparação dessas demonstrações financeiras; contudo, não houve nenhum impacto relevante na apresentação e na posição patrimonial e de resultados da Companhia.

(v) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor
Novas normas e alterações de normas e interpretações com validade para exercícios posteriores a 2013 foram emitidas em 2013; contudo, não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia não espera que essas novas normas e alterações de normas e interpretações produzam efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras consolidadas, exceto pelo seguinte assunto:

• IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: a IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação da IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de "hedge" continua aplicável. A emenda à IFRS 9 postergou a data de entrada em vigor de 2013 para 2015. Eliminou também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e passou a requerer divulgações adicionais sobre a transição para a IFRS 9.

3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. As políticas contábeis das subsidiárias estão alinhadas com aquelas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das subsidiárias são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras utilizadas no processo de consolidação são elaboradas com base nas práticas contábeis descritas anteriormente e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias mencionadas a seguir, tendo sido preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas.

Participação no capital social (%)

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	2013	2012	
Participação Direta			
Consolidação Integral			
Namisa Internacional Minérios, S.L.U	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Participação Indireta			
Consolidação Integral			
Namisa Europe Unipessoal LDA	100,00	100,00	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias
Namisa Handel GmbH	100,00	100,00	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos	503	47	3.626	2.675
Aplicações:				
No Brasil (a)	507.065	433.121	507.065	433.121
No exterior (b)	-	-	4.304.520	3.645.629
Total	507.065	433.121	4.811.585	4.078.750
	507.568	433.168	4.815.211	4.081.425

(a) Renda fixa - são aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures com rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações são remuneradas em aproximadamente 100% da variação do CDI e podem ser resgatadas imediatamente pela Companhia, sem riscos de mudanças significativas no seu valor contábil.

(b) "Time deposits" - são depósitos temporários em bancos de primeira linha com liquidez diária e remunerados às taxas prefixadas de aproximadamente 0,8% ao ano.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante:				
Clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	10.099	317.392	403	293.998
Clientes nacionais	1.871	855	1.868	855
Clientes no exterior	-	-	218.468	203.725
Total	11.970	318.247	220.739	498.578

Em 31 de dezembro de 2013, não havia contas a receber vencidas e o prazo médio de recebimento das vendas foi de 47 dias (40 dias em 2012).

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente, da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período de relatório.

6 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados	42.192	157.383	42.192	157.383
Matérias-primas	9.259	6.391	9.259	6.391
Almoxarifado	32.892	33.154	32.892	33.154
Estoque em trânsito	1.256	2.958	1.256	2.958
Total	85.599	199.886	85.599	199.886

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de registro de provisão para perda nos estoques e, em 31 de dezembro de 2013, não houve a necessidade de constituir provisão para perda.

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Pagamento a maior de IRPJ e CSLL	6.563	93.840	8.071	93.933
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	148.641	144.776	148.974	144.990
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4.396	43.099	4.396	43.099
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.814	5.064	10.814	5.064
Outros	207	4.114	207	4.114
Total	170.621	290.893	172.462	291.200

Ativo circulante 46.025 150.584 47.866 150.891

Ativo não circulante 124.596 140.309 124.596 140.309

Total 170.621 290.893 172.462 291.200

A parcela não circulante é representada basicamente por créditos de ICMS. A Namisa é preponderantemente exportadora, acumulando crédito de ICMS em suas filiais, principalmente nas operações de Congonhas, por conta das operações de beneficiamento de minério com a CSN e também em Ouro Preto e Fernandinho, por conta de compras de energia elétrica e óleo diesel.

A Administração da Companhia avalia periodicamente a recuperação dos créditos de ICMS e conclui não ser necessário o registro de qualquer provisão para redução ao valor recuperável desses créditos.

A Companhia tem obtido êxito na realização dos créditos de ICMS, através da aquisição de caminhões para transportar minério de ferro.

8 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia opera de forma integrada com a CSN, destacando-se as transações de prestação de serviços, fornecimento de minério de ferro, em Casa Pedra, embarque portuário no Terminal de Carvão - TECAR, em Itaguaí - RJ, e a utilização de transporte ferroviário com a MRS Logística S.A. ("MRS Logística").

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os saldos patrimoniais e o valor das operações estão representados como segue:

(a) Contas patrimoniais

	Controladora							
	2013				2012			
	CSN	MRS Logística	Consórcio Asiático	Namisa Handel	CSN	MRS Logística	Consórcio Asiático	Namisa Handel
Ativo								
Circulante:								
Contas a receber de clientes	403	-	-	9.696	10.099	294.006	-	23.386
Outros valores a receber (1)	531	-	-	-	531	13.702	-	13.702
Dividendos (1)	-	11.234	-	-	11.234	-	10.606	-
Pré-pagamento (2)	421.550	-	-	-	421.550	668.200	-	668.200
Total	422.484	11.234	-	9.696	443.414	975.908	10.606	23.386
Não circulante:								
Pré-pagamento (2)	8.522.067	-	-	-	8.522.067	7.757.475	-	7.757.475
Total	8.522.067	-	-	-	8.522.067	7.757.475	-	7.757.475
Passivo								
Circulante:								
Fornecedores	11.125	6.362	-	-	17.487	121.273	10.579	-
Empréstimos e financiamentos	40.054	-	-	-	40.054	145	-	145
Dividendos	202.004	-	134.669	-	336.673	442.004	-	294.669
Outras contas a pagar	58.851	2.465	-	-	61.316	56.265	10.578	-
Total	312.034	8.827	134.669	-	455.530	619.687	21.157	294.669
Não circulante:								
Empréstimos e financiamentos	320.936	-	-	-	320.936	314.699	-	314.699
Total	320.936	-	-	-	320.936	314.699	-	314.699

(1) Referem-se a valores registrados no balanço, na rubrica "Empréstimos e recebíveis".

(2) Referem-se a valores registrados no balanço, na rubrica "Adiantamentos a fornecedores".

Consolidado

	2013				2012			
	CSN	MRS Logística	Consórcio Asiático	Total	CSN	MRS Logística	Consórcio Asiático	Total
	Ativo							
Circulante:								
Contas a receber	403	-	-	403	293.998	-	-	293.998
Outros valores a receber (1)	40.533	-	-	40.533	13.702	-	-	13.702
Dividendos (1)	-	11.234	-	11.234	-	10.606	-	10.606
Pré-pagamento (2)	421.550	-	-	421.550	668.200	-	-	668.200
Total	462.486	11.234						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

(d) Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração, diretores estatutários e demais diretores. A Companhia apresenta no quadro a seguir informações sobre remunerações em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013	2012
Benefícios de curto prazo	2.549	2.631
Benefícios pós-emprego	22	16
Total	2.571	2.647

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Correntes	(1.208.368)	(109.559)	(1.220.138)	(122.2016)
Diferidos	(323.738)	(285.453)	(323.738)	(285.453)
Total	(1.532.106)	(395.012)	(1.543.876)	(407.469)

(b) A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social da controladora e do consolidado e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.424.962	2.011.498	2.436.732	2.023.955
Expectativa de despesa com imposto de renda e contribuição social em relação ao lucro antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
	(824.487)	(683.909)	(828.489)	(688.145)
Efeito do imposto de renda sobre diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	245.943	282.127	-	-
Lucro no exterior isento de tributação	-	-	238.175	273.905
Lucro no exterior tributado no Brasil	(54.287)	-	(54.287)	-
Ajustes de preço de transferência (PECEX)	(22.862)	-	(22.862)	-
REFIS - Lei nº 12.864/13 - reversão de multa e juros	114.466	-	114.466	-
REFIS - Lei nº 12.864/13 - principal (imposto de renda e contribuição social)	(995.383)	-	(995.383)	-
Incentivo - Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	8.421	3.129	8.421	3.129
Outras diferenças permanentes	(3.917)	3.641	(3.917)	(3.642)
Despesa de imposto de renda e contribuição social apurados	(1.532.106)	(395.012)	(1.543.876)	(407.469)

(c) O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil e estão demonstrados a seguir. Os montantes da controladora e do consolidado são idênticos; portanto, os valores são apresentados em um único quadro:

	IRPJ/CSLL	
	2013	2012
Ativos:		
Provisão para perda - adiantamentos a fornecedores	3.297	3.297
Ágio CFM/Cayman anterior à incorporação, adicionado em 2008	-	484
Provisões operacionais	20.712	24.615
Provisão para perda em inventários	12.148	29.970
Ativo fiscal - CVM nº 349/01 - incorporação da Big Jump	162.383	440.756
IRPJ/CSLL passivos - ágio Cayman e CFM deduzido via Regime Tributário de Transição - RTT	(196.572)	(188.028)
Varição cambial	-	14.612
Total	1.968	325.706

A movimentação do saldo dos impostos diferidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é apresentada a seguir:

	IRPJ/CSLL	
	2013	2012
Saldo no início do exercício	325.706	611.159
Amortização fiscal do ágio	(287.401)	(326.367)
Constituição (reversão) de provisões operacionais	(3.903)	17.230
Ajustes de inventários indelutáveis temporariamente	(17.822)	29.766
Varição cambial	(14.612)	14.612
Utilização do prejuízo fiscal/base negativa de CSLL	-	(20.694)
Saldo no fim do exercício	1.968	325.706

Parcela substancial do crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos refere-se ao ágio de incorporação de controlada, cuja realização integral está prevista para ocorrer em 2014.

Medida Provisória nº 627/13

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória ("MP") nº 627, que revoga o RTT e traz outras providências, entre as: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do IRPJ, bem como na legislação pertinente à CSLL; (ii) definição de que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em Lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que Lei tributária regule a matéria; (iii) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre o capital próprio; e (v) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015; no entanto, a sua adoção antecipada, de forma irretroativa, em 2014, pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente aqueles relacionados a dividendos e juros sobre o capital próprio efetivamente pagos desde 2008 até a data de publicação desta MP.

A Companhia está estudando os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação das referidas disposições da MP e não espera ajustes relevantes nas suas demonstrações financeiras.

A Administração aguarda a apreciação da referida MP pelo Poder Legislativo a fim de decidir sobre sua eventual adoção antecipada para o ano-calendário 2014.

10 INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Investimento em títulos patrimoniais:				
MRS Logística S.A.	171.760	171.760	171.760	171.760
Empresa controlada:				
Namisa Internacional Minérios, S.L.U.	4.574.621	3.851.258	-	-
Total	4.746.381	4.023.018	171.760	171.760

A movimentação do investimento na empresa controlada é demonstrada conforme a seguir:

	2012		2013	
	Saldo inicial do investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo inicial do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Empresas				
MRS Logística S.A.	171.760	-	171.760	-
Namisa Internacional Minérios, S.L.U.	3.851.258	723.363	4.574.621	723.363
Total	4.023.018	723.363	4.746.381	723.363
Empresas				
MRS Logística S.A.	171.760	-	171.760	-
Namisa Internacional Minérios, S.L.U.	3.021.473	829.785	3.851.258	829.785
Total	3.193.233	829.785	4.023.018	829.785

A seguir, uma breve descrição dos investimentos:

Namisa Internacional

Situada em Madrid, essa subsidiária integral foi adquirida em 16 de abril de 2008 e atua como "holding", tendo participação de 100% no capital das controladas Namisa Europe e Namisa Handel, cujas principais atividades estão relacionadas à comercialização de minério de ferro no mercado internacional e às operações financeiras. No quadro a seguir, resumo das informações financeiras da controlada Namisa Internacional para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013		2012	
	Namisa Internacional	Namisa Internacional	Namisa Internacional	Namisa Internacional
Ativo:				
Circulante (*)	4.568.436	3.854.195	40.182	69.894
Não circulante	40.182	69.894	-	-
Total	4.608.618	3.924.089		
Passivo:				
Circulante	33.997	72.831	-	-
Exigível a longo prazo	-	-	-	-
Patrimônio líquido	4.574.621	3.851.258	-	-
Total	4.608.618	3.924.089		

(*) Refere-se principalmente à caixa e equivalentes de caixa.

	2013		2012	
	Receita líquida	(-) Custo dos produtos vendidos	Receita líquida	(-) Custo dos produtos vendidos
Lucro bruto	2.338.753	2.736.215	2.007.980	(1.901.544)
Despesas operacionais	330.773	834.671	(189.563)	(305.878)
Resultado financeiro, líquido	24.802	31.527	569.120	281.922
Varição cambial	735.132	842.242	(11.769)	(12.457)
Lucro antes dos impostos	723.363	829.785		
Impostos sobre o lucro	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	723.363	829.785		

MRS Logística

Em novembro de 2008, a CSN capitalizou na Namisa 10% de ações preferenciais classe "A", sem direito a voto, não conversíveis, da MRS Logística, pelo montante de R\$ 172 milhões, conforme boletim de subscrição e laudo de avaliação das ações de emissão da MRS Logística.

A MRS Logística é uma sociedade por ações que tem por objeto a exploração e o desenvolvimento de serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. O investimento na MRS é avaliado ao custo histórico.

11 IMOBILIZADO

(a) Composição do imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Taxa deprec. (% a.a.)	2013		2013		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada
Terrenos	4,443	-	4,443	4,443	-	
Edificações	2,46	113,159	(7,353)	105,806	(7,353)	
Móveis e utensílios	9,30	4,813	(1,536)	3,277	(1,536)	
Veículos	12,69	1,063	(317)	746	(317)	
Máquinas, equipamentos e instalações	6,14	202,818	(66,558)	136,260	(66,822)	
Equipamentos de computação	20,30	3,568	(2,287)	1,281	(2,287)	
Minas e jazidas (*)	13,232	(1,320)	(11,912)	13,232	(1,320)	
Beneficiárias em bens de terceiros	18,60	1,842	(1,716)	126	(1,716)	
Imobilizado de terceiro em nosso poder	6,67	530	(68)	462	(68)	
Outros bens	7,477	-	7,477	-	7,477	
Obras em andamento	234,157	-	234,157	-	234,157	
Total	587,102	(81,155)	505,947	587,652	(81,419)	

	Controladora			Consolidado		
	Taxa deprec. (% a.a.)	2012		2012		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada
Terrenos	4,443	-	4,443	4,443	-	
Edificações	2,21	110,371	(4,651)	105,720	(4,651)	
Móveis e utensílios	10,7	4,562	(1,083)	3,479	(1,233)	
Veículos	11,66	873	(181)	692	(181)	
Máquinas, equipamentos e instalações	6,93	192,681	(50,825)	141,856	(50,825)	
Equipamentos de computação	20,17	3,249	(1,723)	1,526	(1,723)	
Minas e jazidas (*)	13,232	(1,016)	(12,216)	13,232	(1,016)	
Beneficiárias em bens de terceiros	18,61	1,842	(1,597)	245	(1,597)	
Imobilizado de terceiro em poder da Companhia	530	(32)	498	530	(32)	
Outros bens	5,082	-	5,082	-	5,082	
Obras em andamento	190,372	-	190,372	-	190,372	
Total	527,237	(61,108)	466,129	527,717	(61,258)	

(*) A exaustão das jazidas é calculada em virtude do volume de minério extraído em relação à reserva lavrável, visto que a estimativa da Companhia é que as reservas sejam esgotadas em um período máximo de 30 anos.

(b) Obras em andamento

Os gastos classificados em obras em andamento são compostos basicamente por aquisição de serviços e compra de partes e peças, a serem aplicados como investimentos para aumento de performance, melhoria tecnológica, ampliação, expansão e aquisição de ativos, que serão transferidos para as respectivas contas e depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso. O saldo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é composto pelos seguintes projetos:

	2013		2012	
	Principais projetos	2013	Principais projetos	2012
Ampliação da estrutura administrativa	11.470	6.387	120.080	100.177
Expansão da capacidade produtiva - Pires	78.622	70.614	11.868	13.194
Planta de petelotização	12.117	-	-	-
Expansão da capacidade produtiva - Fernandinho	234.157	190.372	-	-
Outros	-	-	-	-

Movimentação do imobilizado

	Controladora				2013	
	Saldo inicial	Adições	Baixa	Depreciação	Outras movimentações	Saldo final
Edificações	105.720	-	-	(2.702)	2.788	105.806
Máquinas e equipamentos	141.856	4.130	(2.045)	(15.733)	8.052	136.260
Móveis e utensílios	3.479	268	(22)	(452)	5	3.278
Veículos	692	190	-	(136)	-	746
Equipamentos de computação	1.526	268	(2)	(564)	53	1.281
Terrenos	4.443	-	-	-	-	4.443
Minas e jazidas	12.216	-	-	(303)	-	11.912
Beneficiárias em bens de terceiros	245	-	-	(120)	-	125
Imobilizado de terceiro em poder da Companhia	498	-	-	(35)	-	463
Outros bens	5.082	1.224	(1.397)	-	2.566	7.475
Obras em andamento	190.372	60.693	-	-	(16.908)	234.157
Total	466.129	66.773	(3.466)	(20.046)	(3.443)	505.947

	Controladora				2013	
	Saldo inicial	Adições	Baixa	Depreciação	Outras movimentações	Saldo final
Edificações	105.720	-	-	(2.702)	2.788	105.806
Máquinas e equipamentos	141.856	4.130	(2.045)	(15.733)	8.052	136.260
Móveis e utensílios	3.809	268	(22)	(452)	5	3.608
Veículos	692	190	-	(136)	-	746
Equipamentos de computação	1.526	268	(2)	(564)	53	1.281
Terrenos	4.443	-	-	-	-	4.443
Minas e jazidas	12.215	-	-	(303)	-	11.912
Beneficiárias em bens de terceiros	245	-	-	(120)	-	125
Imobilizado de terceiro em poder da Companhia	498	-	-	(35)	-	463
Outros bens	5.083	1.292	(1.397)	(114)	2.568	7.432
Obras em andamento	190.372	60.693	-	-	(16.908)	234.157
Total	466.459	66.841	(3.466)	(20.159)	(3.442)	506.233

12 INTANGÍVEL

Os saldos contábeis dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são assim apresentados:

	Taxa de amortização (% a.a.)	Controladora			Consolidado		
		2013		2013			
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Durante o ano 2013, na AGE de 3 de junho de 2013, os acionistas aprovaram por unanimidade o pagamento de uma parcela adicional dos dividendos declarados em 2011 no montante de R\$ 400.000, para liquidação em 5 de junho de 2013.

(b) Reserva de capital

A reserva de capital, no montante de R\$ 6.473.699 em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é composta por R\$ 5.081.840, constituída em 30 de dezembro de 2008, referente ao ágio gerado na emissão de 187.749.249 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pela Big Jump Energy Participações S.A., pelo preço unitário de R\$ 38,81, dos quais R\$ 3,08 representam o preço de emissão unitário, fixado nos termos do artigo 170, inciso II, da Lei nº 6.404/76, tendo sido destinados à reserva de capital R\$ 35,73 por ação; e reserva especial de ágio na incorporação da Big Jump Energy Participações S.A., no montante de R\$ 1.391.859, conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2009.

(c) Reserva legal

A partir de 2012, a Companhia, em sua interpretação do artigo 193, parágrafo 1º, da Lei mencionada anteriormente, deixou de constituir a reserva legal no exercício, pois entende que suas reservas de capital excedem os 30% do capital social.

(d) Destinação dos resultados

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 (c), a Companhia possui contratos de longo prazo firmados com seu acionista CSN para a compra de minério de ferro e a utilização de serviços portuários, para os quais foram realizados pré-pagamentos pelo prazo aproximado de 34 anos e cujos saldos são atualizados mensalmente por uma taxa de juros acordada contratualmente entre as partes.

Durante o exercício de 2012, a Administração questionou a sistemática contratual que vem sendo utilizada para a atualização dos saldos dos referidos pré-pagamentos, por entender que gera distorções na posição de caixa e nos resultados da Companhia, que tendem a se repetir nos períodos futuros. Considerando isso, a Administração submeteu ao Conselho de Administração uma proposta para endereçar a questão dos juros estabelecidos contratualmente. Entretanto, não houve aprovação da proposta por parte do Conselho naquela oportunidade e as discussões sobre esses contratos e o seu eventual aditamento permanecem pendentes até o fechamento destas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base nos contratos vigentes e incluem a atualização monetária dos saldos do pré-pagamento pela taxa contratualmente estabelecida, conforme detalhado na nota explicativa nº 8 (c), e não consideram eventuais impactos decorrentes do desfecho dessas discussões nas estimativas utilizadas para definir os valores dos ativos envolvidos, cujo julgamento é complexo, no entender da Administração. Uma alteração nessas estimativas, representada pelo desfecho das discussões entre as partes, será refletida nas demonstrações financeiras de forma prospectiva.

Dessa forma, a destinação dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 acha-se exposta a seguir, sendo a parcela do lucro acumulado excedente do resultado operacional apurado alocada a uma reserva de contingências e o saldo não absorvido pela reserva de contingências alocado para a reserva de investimentos destinada a cobrir o programa de investimentos dos próximos exercícios.

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	892.856	1.616.486
Reserva de investimentos	-	(120.411)
Reserva de contingências	(892.856)	(1.496.075)

(e) Dividendos

O estatuto da Companhia prevê o pagamento mínimo de dividendos à ordem de 50% do lucro líquido; contudo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a fim de evitar a distribuição de resultados que eventualmente possam ser afetados pelas discussões mencionadas anteriormente que ainda estão pendentes e pelo fato de os dividendos declarados em 2011 não terem sido integralmente quitados, não estão sendo propostos dividendos para o exercício de 2013, decisão esta a ser ratificada em Assembleia.

(f) Reserva para contingência

Diante do cenário anteriormente exposto, a Administração da Companhia propõe a destinação de parcela do resultado dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 para a constituição de reserva de contingências nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, no valor de R\$ 892.856 e R\$ 1.496.075, respectivamente.

17 LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro líquido dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui ações em tesouraria. O lucro por ação foi calculado conforme o quadro a seguir:

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da Namisa	892.856	1.616.486
Média ponderada da quantidade de ações	475.067	475.067
Lucro por ação básico	1,8794	3,4026

A Companhia não possui instrumentos potencialmente conversíveis em ações nos exercícios apresentados; portanto, o lucro por ação básico é igual ao lucro por ação diluído.

18 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir, a conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração do resultado do exercício. A redução das receitas líquidas observada no exercício de 2013 decorre, substancialmente, do menor volume produzido e, consequentemente, comercializado durante o exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita operacional bruta:				
Mercado interno	38.681	117.545	38.681	117.545
Mercado externo	1.992.882	2.898.542	2.339.830	3.738.455
	2.031.563	3.016.087	2.378.511	3.856.000
Deduções:				
Tributos sobre vendas	(7.595)	(19.406)	(7.596)	(19.405)
Devoluções e abatimentos	(3)	(89)	(1.079)	(180)
	(7.598)	(19.495)	(8.675)	(19.585)
Receita operacional líquida	2.023.965	2.996.592	2.369.836	3.836.415

19 INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Material de terceiros	(487.835)	(925.214)	(487.835)	(925.214)
Manuseio no porto	(255.767)	(526.583)	(255.767)	(526.583)
Frete ferroviário	(221.459)	(456.290)	(221.459)	(456.290)
Serviços de beneficiamento	-	(424.554)	-	(424.554)
Frete e seguro	(316)	(1.355)	(159.531)	(273.700)
Matéria prima	(97.179)	(110.004)	(97.179)	(110.004)
Mão de obra	(100.735)	(94.721)	(102.149)	(98.484)
Serviços operacionais	(48.360)	(61.229)	(48.360)	(61.229)
Manutenção	(62.535)	(44.172)	(62.535)	(44.172)
"Demurrage"	-	-	(22.246)	(24.838)
Serviços de infraestrutura	(24.841)	(21.889)	(25.189)	(22.259)
Depreciação	(21.045)	(16.152)	(21.341)	(16.423)
Outros	(63.084)	(148.301)	(84.224)	(158.418)
	(1.383.156)	(2.830.464)	(1.587.815)	(3.142.168)
Custo dos produtos vendidos	(1.075.804)	(2.198.342)	(1.090.901)	(2.203.494)
Vendas	(238.464)	(527.939)	(419.915)	(828.646)
Gerais e administrativas	(48.801)	(53.093)	(55.966)	(57.985)
Outras despesas, líquidas	(20.087)	(51.090)	(21.033)	(52.043)
Total	(1.383.156)	(2.830.464)	(1.587.815)	(3.142.168)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19, a redução dos custos no exercício de 2013 reflete o menor volume produzido e comercializado.

20 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas financeiras:				
Partes relacionadas	(21.922)	(71.310)	(21.915)	(68.770)
Juros e multas apropriados - REFIS	(344.786)	-	(344.786)	-
Outras despesas financeiras	(16.050)	(3.862)	(16.084)	(3.593)
	(382.758)	(75.172)	(382.785)	(72.363)
Receitas financeiras:				
Partes relacionadas	1.040.138	994.978	1.044.132	998.606
Dividendos	33.325	24.239	33.325	24.239
Reversão de juros e multas - REFIS	336.967	-	336.967	-
Outras receitas financeiras	78.675	58.056	99.510	83.819
	1.489.105	1.077.273	1.513.934	1.106.664
Receitas financeiras, líquidas	1.106.347	1.002.101	1.131.149	1.034.301
Variações cambiais:				
Ativas:				
Partes relacionadas	2.207	43.268	2.207	43.268
Tercios	-	82	569.164	282.094
Passivas:				
Partes relacionadas	(46.089)	(28.996)	(46.091)	(29.002)
Tercios	(18)	(125)	(61)	(208)
Variações cambiais líquidas	(43.900)	14.229	525.219	296.152
Variações monetárias líquidas	(1.657)	(745)	(1,657)	(745)
Variações cambiais e monetárias	(45.557)	13.484	523.562	295.407

21 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO - PROGRAMA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia é patrocinadora de plano de pensão, instituído em 2012, administrado por entidade fechada de previdência privada (CBSPREV Namisa), que prevê aos empregados benefícios de aposentadoria na modalidade de contribuição definida e benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte) na modalidade de benefício definido, coberto por apólice de seguro, com custeio integral por parte dos empregados.

A obrigação da Companhia limita-se à contribuição mensal até o período em que o empregado estiver ativo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$ 1.342,15 em 2012. Em relação aos benefícios de risco, que são integralmente custeados pelos empregados, a Companhia realizou a avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e concluiu não haver risco residual a ser provisionado.

22 PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

Em 9 de outubro de 2013, o governo federal publicou a Lei nº 12.865/13, subsequentemente alterada pela Medida Provisória nº 627, de 11 de dezembro de 2013, que permitiu às empresas realizarem o pagamento voluntário do IRPJ e da CSLL relacionados aos lucros gerados por subsidiárias e/ou controladas situadas no exterior, conforme definido no artigo 74 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O referido programa permitiu o pagamento dos tributos em até 180 parcelas, oferecendo descontos da totalidade das multas e dos juros para os pagamentos realizados à vista e 80% das multas e 50% dos juros para os pagamentos realizados em parcelas. Também de acordo com a legislação, foi permitida a utilização de prejuízos fiscais próprios, de controlada e de controladora direta ou indireta, para a liquidação dos montantes incluídos no programa.

Nesse sentido, a Administração da Companhia avaliou suas operações mantidas no exterior, comparando com diversos casos no mercado que estão em discussão nas esferas administrativa e judiciária, e decidiu por incluir no programa os montantes relativos aos lucros auferidos pelas suas controladas no exterior nos anos de 2009 a 2012.

Os montantes de IRPJ e CSLL resultantes da adesão totalizaram R\$ 892.649, sendo pagos à vista R\$ 554.485 relativos aos anos de 2009 a 2011 e R\$ 87.828 relativos ao ano 2012, acrescidos de multa e juros, parcelados em 180 vezes, com entrada de 20% do valor, acrescido de multa e juros calculados líquidos das reduções previstas no programa, totalizando R\$ 17.566. Adicionalmente, foi abatido o montante de R\$ 258,157 relativo ao prejuízo fiscal adquirido do acionista controlador indireto Vicunha S.A., com pagamento à vista. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2013 totalizava R\$ 70.588, a ser liquidado em 180 parcelas, sendo as 12 primeiras classificadas no passivo circulante e as demais no passivo não circulante. A adesão ao programa resultou em reconhecimento de despesa de imposto de renda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no valor de R\$ 995.383.

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão relacionados a aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, tais como operações de "swap" cambial e "swap" de juros, entre outros.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo custo amortizado e são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

(b) Classificação de instrumentos financeiros (consolidado)

Ativo	2013			2012		
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos - método do custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos - método do custo amortizado	Total
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa	4.815.211	-	4.815.211	4.081.425	-	4.081.425
Contas a receber de clientes	220.739	-	220.739	498.578	-	498.578
Adiantamento a fornecedores	423.245	-	423.245	694.029	-	694.029
Empréstimos e recebíveis	51.854	-	51.854	26.375	-	26.375
Não circulante:						
Adiantamento a fornecedores	8.522.067	-	8.522.067	7.757.475	-	7.757.475
Empréstimos e recebíveis	39.824	-	39.824	69.479	-	69.479
Passivo						
Circulante:						
Empréstimos e financiamentos	-	42.247	42.247	-	1.588	1.588
Fornecedores	-	57.576	57.576	-	208.658	208.658
Não circulante:						
Empréstimos e financiamentos	-	339.961	339.961	-	335.806	335.806

(c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de riscos, com orientações em relação aos riscos incorridos por ela. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os impactos e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moedas nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A seguir estão os vencimentos contratuais de ativos e passivos financeiros (consolidado), incluindo estimativa de pagamento:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2013				
Empréstimos e financiamentos	42.247	326.858	12.224	879
Fornecedores	57.576	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012				
Empréstimos e financiamentos	1.588	317.374	6.687	11.745
Fornecedores	208.658	-	-	-

(e) Risco de taxa de câmbio

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólares norte-americanos, ficando, assim, com sua exposição cambial líquida, que é efetivamente o risco de exposição em moeda estrangeira, além de considerar o vencimento dos respectivos ativos e passivos sujeitos à oscilação cambial. Basicamente, os instrumentos financeiros da Companhia com risco cambial são as contas a receber originadas de exportações e os investimentos no exterior.

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

	Consolidado 2013 (US\$ mil)	
Caixa e equivalentes no exterior		1.838.811
Contas a receber de clientes		93.259
Contas a receber de partes relacionadas		34.109
Total do ativo		1.966.179
Empréstimos e financiamentos		154.098
Fornecedores		433
Outros passivos		292
Total do passivo		157.824
Exposição cambial contábil líquida		1.811.355

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Análise de sensibilidade

Para as operações cambiais consolidadas com risco de flutuação do dólar norte-americano, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2013 de R\$ 2,3426 por US\$ 1,00, foram estimados ajustes para quatro cenários, sendo:

- Cenário 1: (50% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,1713.
- Cenário 2: (25% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,7570.
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/US\$ de 2,9283.
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade de R\$/US\$ de 3,5139.

Taxa de câmbio	Risco	Valor de referência US\$	Impactos estimados em reais			
			Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		2,3426	1,1713	1,75695	2,9283	3,51390
Ativo:						
Caixa e equivalentes de caixa	Flutuação do dólar norte-americano	1.838.811	(2.153.800)	(1.076.900)	1.076.900	2.153.800
Contas a receber de clientes	Flutuação do dólar norte-americano	93.259	(109.234)	(54.617)	54.617	109.234
Contas a receber - partes relacionadas	Flutuação do dólar norte-americano	34.109	(39.952)	(19.976)	19.976	39.952
		1.966.179	(2.302.985)	(1.151.493)	1.151.493	2.302.985
Passivo:						
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do dólar norte-americano	154.098	(180.495)	(90.248)	90.248	180.495
Fornecedores	Flutuação do dólar norte-americano	433	(508)	(254)	254	508
Outros passivos	Flutuação do dólar norte-americano	292	(342)	(171)	171	342
		154				

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das Notas Explicativas.

Congonhas, 10 de abril de 2014. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	507.568	433.168	4.815.211	4.081.425	Empréstimos e financiamentos	13	42.247	1.588	42.247	1.588
Contas a receber de clientes	5	11.970	318.247	220.739	498.578	Fornecedores terceiros		38.167	67.613	40.089	76.806
Estoques	6	85.599	199.886	85.599	199.886	Fornecedores com partes relacionadas	8	17.487	131.852	17.487	131.852
Adiantamentos a fornecedores		423.245	694.029	423.245	694.029	Salários, provisões e contribuições sociais		11.457	18.402	11.522	18.456
Impostos a recuperar	7	46.025	150.584	47.866	150.891	Tributos a recolher		10.498	6.765	22.488	19.494
Empréstimos e recebíveis		11.765	24.308	51.854	26.375	Dividendos propostos	16	336.673	736.673	336.673	736.673
Outros ativos		3.154	3.394	3.549	3.235	Outras contas a pagar		71.908	68.855	82.229	96.318
Total do ativo circulante		1.089.326	1.823.616	5.648.063	5.654.419	Total do passivo circulante		528.437	1.031.748	552.735	1.081.187
Não circulante						Não circulante					
Adiantamentos a fornecedores	8	8.522.067	7.757.475	8.522.067	7.757.475	Empréstimos e financiamentos	13	339.961	335.806	339.961	335.806
Empréstimos e recebíveis	8	-	-	39.824	69.479	Provisão para riscos	14	5.020	5.008	5.020	5.008
Impostos diferidos	9	1.968	325.706	1.968	325.706	Tributos a recolher		65.981	-	65.981	-
Impostos a recuperar	7	124.596	140.309	124.596	140.309	Outras contas a pagar		15.693	14.587	15.693	14.587
Outros ativos		4.934	3.619	5.006	3.704	Total do passivo não circulante		426.655	355.401	426.655	355.401
Investimentos	10	4.746.381	4.023.018	171.760	171.760	Patrimônio líquido					
Imobilizado	11	505.947	466.129	506.233	466.459	Capital social	16	2.800.000	2.800.000	2.800.000	2.800.000
Intangível	12	584.140	578.688	584.140	578.688	Reservas de capital		6.473.699	6.473.699	6.473.699	6.473.699
Total do ativo não circulante		14.490.033	13.294.944	9.955.594	9.513.580	Ajustes de avaliação patrimonial		161.637	161.637	161.637	161.637
Total do Ativo		15.579.359	15.118.560	15.603.657	15.167.999	Reserva de contingências		2.388.931	1.496.075	2.388.931	1.496.075
						Reservas de lucros		2.800.000	2.800.000	2.800.000	2.800.000
						Total do patrimônio líquido		14.624.267	13.731.411	14.624.267	13.731.411
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.579.359	15.118.560	15.603.657	15.167.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por lote de mil ações)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receita operacional líquida	18	2.023.965	2.996.592	2.369.836	3.836.415
Custo dos produtos vendidos	19	(1.075.804)	(2.198.342)	(1.090.901)	(2.203.494)
Lucro bruto		948.161	798.250	1.278.935	1.632.921
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	19	(238.464)	(527.939)	(419.915)	(828.646)
Gerais e administrativas	19	(48.801)	(53.093)	(55.966)	(57.985)
Outras despesas, líquidas	19	(20.087)	(51.090)	(21.033)	(52.043)
Resultado de equivalência patrimonial	10	723.363	829.785	-	-
		416.011	197.663	(496.914)	(938.674)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.364.172	995.913	782.021	694.247
Resultado financeiro					
Receitas financeiras, líquidas	20	1.106.347	1.002.101	1.131.149	1.034.301
Variação cambial, líquida	20	(45.557)	13.484	523.562	295.407
		1.060.790	1.015.585	1.654.711	1.329.708
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.424.962	2.011.498	2.436.732	2.023.955
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	9	(1.208.368)	(109.559)	(1.220.138)	(122.016)
Diferidos	9	(323.738)	(285.453)	(323.738)	(285.453)
Lucro líquido do exercício		892.856	1.616.486	892.856	1.616.486
Lucro líquido básico e diluído do exercício por lote de mil ações - R\$		1,8794	3,4026		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do exercício		892.856	1.616.486	892.856	1.616.486
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		892.856	1.616.486	892.856	1.616.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	892.856	1.616.486	892.856	1.616.486
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Variáveis monetárias e cambiais líquidas	44.532	29.794	(2.529)	(31.085)
Provisão para encargos sobre empréstimos e financiamentos	23.244	27.584	23.244	24.977
Depreciação/exaustão/amortização	20.603	16.152	20.716	16.423
Resultado de equivalência patrimonial	(723.363)	(829.785)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	1.532.106	395.012	1.543.876	407.469
Provisão de vendas a termo	-	-	41.658	(42.175)
Provisão para juros ativos	(688.185)	(656.686)	(686.333)	(656.686)
Dividendos a receber - MRS Logística	(31.841)	(24.239)	(31.841)	(24.239)
Outras provisões	15.262	54.136	12.795	88.522
	1.085.214	628.454	1.814.442	1.399.692
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber clientes	308.081	(260.888)	238.369	(203.312)
Estoques	92.417	50.735	92.417	50.735
Adiantamentos a fornecedores	24.115	(16.635)	24.115	(16.635)
Impostos a recuperar	(3.281)	(167.075)	(16.585)	(179.839)
Empréstimos e recebíveis	19.024	4.751	18.987	5.200
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores terceiros	(31.615)	(10.906)	(55.768)	(1.715)
Fornecedores com partes relacionadas	57.579	463.279	57.579	463.279
Salários, provisões e contribuições sociais	882	3.031	892	2.815
Tributos a recolher	70.610	(1.939)	70.711	(1.733)
Outras contas a pagar	(5.719)	(5.955)	(5.283)	(13.043)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.617.307	686.852	2.239.876	1.505.444
Dividendos recebidos	33.171	26.057	33.171	26.057
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.084.816)	(119.268)	(1.084.816)	(119.268)
Juros pagos	(21.837)	(31.292)	(21.837)	(27.855)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	543.825	562.349	1.166.394	1.384.378
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(66.770)	(127.728)	(66.841)	(127.871)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(66.770)	(127.728)	(66.841)	(127.871)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de novos empréstimos e financiamentos	-	12.989	-	12.989
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.655)	(146.016)	(2.655)	(1.414)
Dividendos pagos	(400.000)	(300.000)	(400.000)	(300.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(402.655)	(433.027)	(402.655)	(288.425)
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	36.888	53.538
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	74.400	1.594	733.786	1.021.620
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	433.168	431.574	4.081.425	3.059.805
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	507.568	433.168	4.815.211	4.081.425
	74.400	1.594	733.786	1.021.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
				Reserva especial de ágio na incorporação	Reserva legal	Investimentos	Lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2011		1.173.954	6.707.886	1.391.859	259.249	1.463.763	956.577	-	161.637	12.114.925
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.616.486	1.616.486
Aumento de capital	16.a	1.626.046	(1.626.046)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações:										
Reserva de investimento		-	-	-	-	120.411	-	-	(120.411)	-
Reserva de contingências	16.d	-	-	-	-	-	1.496.075	-	(1.496.075)	-
Reserva de lucros a realizar	16.a	-	-	-	-	956.577	(956.577)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		2.800.000	5.081.840	1.391.859	259.249	2.540.751	-	1.496.075	161.637	13.731.411
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	892.856	892.856
Destinações:										
Reserva de contingências	16.d	-	-	-	-	-	892.856	-	(892.856)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		2.800.000	5.081.840	1.391.859	259.249	2.540.751	-	2.388.931	161.637	14.624.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

...1-6

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Nacional Minérios S.A. ("Companhia" ou "Namisa") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em novembro de 2006 e domiciliada no Brasil, e sua sede está localizada na cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais. A Companhia é controlada através de Acordo de Acionistas celebrado entre a Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN"), que detém 60% das ações de emissão da Namisa, e um Consórcio Asiático formado pelas empresas Itochu Corporation, JFE Steel Corporation, POSCO, Kobe Steel Ltd., Nisshin Steel Co. Ltd. e China Steel Corp, as quais detêm, em conjunto, 40% das ações de emissão da Companhia. A Companhia e suas subsidiárias integrantes das demonstrações financeiras consolidadas operam sob controle comum e desenvolvem suas operações de mineração no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, onde possuem direitos de exploração de recursos minerais, bem como instalações de processamento de minério de ferro. A Companhia também conta com uma rede de logística integrada, por meio de contratos de longo prazo com a CSN, composta de ferrovia e instalações portuárias para o escoamento de sua produção. Essa rede de logística integrada permite a locomoção do minério de ferro produzido nos municípios de Congonhas, Ouro Preto, Itabirito, Rio Acima e Nova Lima, no Estado de Minas Gerais, até Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O minério de ferro próprio, somado ao adquirido de terceiros, é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle de gestão da Companhia.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Conforme facultado pela Resolução CFC nº 1.162/09, a Companhia decidiu por não apresentar a demonstração do valor adicionado. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas e são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e também de suas controladas.

Em 2012, a Companhia implementou alterações na gestão de sua subsidiária integral Namisa Internacional Minérios, S.L.U. ("Namisa Internacional") e em suas controladas; como resultado, passou a centralizar corporativamente sua estratégia de atuação, que passou a operar como uma extensão dos negócios da controladora. Dessa forma, foi necessário acessar os requisitos do pronunciamento técnico CPC 02/IAS 21 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio para avaliar a moeda funcional dessa subsidiária, que, até 31 de dezembro de 2011, era o dólar norte-americano. Com base nos quesitos normativos, a Companhia alterou a moeda funcional dessa subsidiária para o real, reconhecendo prospectivamente, a partir de 2012, os efeitos da conversão cambial diretamente no resultado do exercício.

(ii) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício de 31 de dezembro de 2013, referentes aos ativos e passivos em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados na rubrica "Variações cambiais, líquidas".

(b) Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e premissas contábeis críticas são aquelas que são importantes para descrever e registrar a situação financeira da Companhia e exigem poder de análise e decisão e estimativas e premissas mais complexas e subjetivas por parte da Administração. A aplicação dessas práticas contábeis críticas exige, com frequência, análise e decisão da Administração a respeito dos efeitos de assuntos que são inerentemente incertos com relação aos resultados operacionais e ao valor contábil dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia poderão ser diferentes daqueles previstos.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão incluídas nas notas explicativas e estão relacionadas aos tributos sobre o lucro, à avaliação de perda estimada ("impairment") do ágio, ao reconhecimento de receitas, à revisão da vida útil e recuperação de propriedades, plantas e equipamentos, aos ativos e passivos contingentes e obrigações legais e às obrigações relacionadas à desativação e restauração de ativos.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras, que são representadas por investimentos temporários de liquidez imediata, registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com riscos insignificantes de mudança em seu valor de mercado ou de realização.

(d) Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de minério de ferro no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método dos juros efetivos menos a provisão para perda ("impairment"), se necessário. As contas a receber no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços.

(e) Estoques

Mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O minério de ferro é reconhecido a partir do momento em que há extração física na mina. É utilizado o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes.

(f) Adiantamentos a fornecedores

Representados pelos adiantamentos de longo prazo à CSN com a finalidade de comprar matéria-prima e contratar a prestação de serviços portuários. Os adiantamentos foram reconhecidos inicialmente pelo valor justo e são avaliados ao custo amortizado, acrescidos dos juros remuneratórios estabelecidos contratualmente (vide nota explicativa nº 8). A realização dos adiantamentos ocorre mediante: (i) entrega de matérias-primas contratadas e prestação dos serviços portuários; e (ii) pagamento em dinheiro de 34% dos juros mensalmente calculados. A parcela para a qual se espera a realização em um período superior a 12 meses é classificada no ativo não circulante.

(g) Imobilizado

Registrado pelo custo histórico, representado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

Os elementos que integram o custo de um componente do ativo imobilizado são: (i) preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e na condição necessária para que este seja capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração; e (iii) estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local em que ele está. Tais custos representam a obrigação em que a Companhia incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, e a exaustão das jazidas é calculada em virtude do volume de minério extraído em relação à reserva lavrável, já que esse método é o que reflete melhor o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até ser estabelecida a viabilidade da atividade de mineração; após esse período, os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área.
- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos.
- Determinação do volume e da qualidade do bem mineral.
- Exame e teste dos processos e métodos de extração.
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura.
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação, são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

(h) Ativos intangíveis

Representados substancialmente pelo ágio na aquisição de controlada já incorporada, conforme detalhado na nota explicativa nº 12, reconhecido pela diferença positiva entre o valor pago e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio possui vida útil indefinida, não está sujeito à amortização e é testado, no mínimo, anualmente para verificar prováveis perdas no seu valor recuperável ("impairment"). Eventuais perdas no valor recuperável não são revertidas em períodos subsequentes.

A Companhia possui uma única Unidade Geradora de Caixa - UGC, dedicada integralmente à atividade de beneficiamento de minério de ferro, à qual o ágio foi alocado para fins de teste de "impairment".

(i) "Impairment" de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente, ou em período menor quando existir evidência de deterioração, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros sujeitos à amortização com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda.

(j) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para sua liquidação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(k) Empréstimos e financiamentos

Atualizados monetariamente até as datas dos balanços pelas variações cambiais e monetárias e pelos encargos financeiros incorridos, conforme previsto contratualmente.

(l) Benefícios a empregados - previdência privada e programa de remuneração variável

A Companhia é patrocinadora de plano de pensão, instituído em 2012, administrado por entidade fechada de previdência privada (CBSPREV Namisa), que provê aos empregados benefício de aposentadoria na modalidade de contribuição definida e benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte) na modalidade de benefício definido, com custeio integral por parte dos empregados.

Em relação ao benefício de aposentadoria, as contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registradas no resultado do período em que são devidas. A obrigação da Companhia limita-se à contribuição mensal até o período em que o empregado esteja ativo. Em virtude de os benefícios de risco serem integralmente custeados pelos empregados, a Companhia somente reconhece um passivo à medida que o fundo acumulado para esse fim não seja suficiente para cobrir eventual concessão do benefício nos casos previstos.

Em relação ao programa de remuneração variável dos empregados, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados e pagamento de bônus, calculados com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizados em contas de benefícios a empregados no resultado do exercício.

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes são provisionados à medida que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, as perdas sejam avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nesses processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados, e as obrigações legais são registradas como exigíveis.

(n) Imposto de renda e contribuição social

A distribuição sobre o lucro compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, também são reconhecidos no patrimônio em outros resultados abrangentes, na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

O tributo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas subsidiárias atuam e geram lucro tributável. No Brasil, a alíquota nominal dos tributos sobre o lucro é de 34%.

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, exceto: (i) no reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável; e (ii) diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, uma vez que há o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

(o) Investimentos

Avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(p) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

(q) Informações por segmento

As demonstrações financeiras não incluem informações por segmento, tendo em vista que a Companhia opera apenas um segmento operacional relativo ao beneficiamento e à venda de minério de ferro, o qual é consistente com os relatórios internos que servem de base para as avaliações e decisões estratégicas da Diretoria Executiva.

(r) Receita operacional líquida

A receita operacional da venda de minério de ferro no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados e a possível devolução de produtos possam ser estimados de maneira confiável, não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Em virtude das condições individuais do contrato de venda e frete, a transferência dos riscos e benefícios normalmente ocorre na transposição das mercadorias da amurada do navio, no porto de origem.

(s) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, pré-pagamentos a partes relacionadas, receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas por equivalência patrimonial nas controladas) e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito de a Companhia receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(t) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

• Ativos financeiros

São classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

(i) Pelo valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são mensurados pelo valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando é adquirido principalmente para o propósito de realização em curto prazo. Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial quando essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

(ii) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método dos juros efetivos.

Método dos juros efetivos

É um método para calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o exercício. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos), por meio da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

• Passivos financeiros

São classificados como: (i) pelo valor justo por meio do resultado; ou (ii) outros passivos financeiros. A Companhia não possui passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o exercício.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente pagamentos estimados futuros de caixa por meio da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

(u) Normas novas, alterações e interpretações de normas aplicadas no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013:

Norma	Descrição
IAS 1/CPC 26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Financeiras
IAS 19 (R)/CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados
IAS 28 (R)/CPC 18 (R2)	Investimentos em Coligadas e Controladas em Conjunto
IFRS 7/CPC 40 (R1)	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
IFRS 10/CPC 36 (R3)	Demonstrações Financeiras Consolidadas
IFRS 11/CPC 19 (R2)	Negócios em Conjunto
IFRS 12/CPC 45	Divulgação de Participações em Outras Entidades
IFRS 13/CPC 46	Mensuração do Valor Justo
IFRIC 20/ICPC 18	Custos de Remoção de Estéril ("Stripping") de Mina de Superfície na Fase de Produção

Essas novas normas foram observadas na preparação dessas demonstrações financeiras; contudo, não houve nenhum impacto relevante na apresentação e na posição patrimonial e de resultados da Companhia.

(v) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Novas normas e alterações de normas e interpretações com validade para exercícios posteriores a 2013 foram emitidas em 2013; contudo, não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia não espera que essas novas normas e alterações de normas e interpretações produzam efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras consolidadas, exceto pelo seguinte assunto:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: a IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação da IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de "hedge" continua aplicável. A emenda à IFRS 9 postergou a data de entrada em vigor de 2013 para 2015. Eliminou também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e passou a requerer divulgações adicionais sobre a transição para a IFRS 9.

3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. As políticas contábeis das subsidiárias estão alinhadas com aquelas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das subsidiárias são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras utilizadas no processo de consolidação são elaboradas com base nas práticas contábeis descritas anteriormente e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias mencionadas a seguir, tendo sido preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas.

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	2013	2012	
Participação Direta			
Consolidação Integral			
Namisa Internacional Minérios, S.L.U	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Participação Indireta			
Consolidação Integral			
Namisa Europe Unipessoal LDA	100,00	100,00	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias
Namisa Handel GmbH	100,00	100,00	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos	503	47	3.626	2.675
Aplicações:				
No Brasil (a)	507.065	433.121	507.065	433.121
No exterior (b)	-	-	4.304.520	3.645.629
Total	507.065	433.121	4.811.585	4.078.750

(a) Renda fixa - são aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures com rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações são remuneradas em aproximadamente 100% da variação do CDI e podem ser resgatadas imediatamente pela Companhia, sem riscos de mudanças significativas no seu valor contábil.

(b) "Time deposits" - são depósitos temporários em bancos de primeira linha com liquidez diária e remunerados às taxas prefixadas de aproximadamente 0,8% ao ano.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante:				
Clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	10.099	317.392	403	293.998
Clientes nacionais	1.871	855	1.868	855
Clientes no exterior	-	-	218.468	203.725
Total	11.970	318.247	220.739	498.578

Em 31 de dezembro de 2013, não havia contas a receber vencidas e o prazo médio de recebimento das vendas foi de 47 dias (40 dias em 2012).

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente, da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período de relatório.

6 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados	42.192	157.383	42.192	157.383
Matérias-primas	9.259	6.391	9.259	6.391
Almoxarifado	32.892	33.154	32.892	33.154
Estoque em trânsito	1.256	2.958	1.256	2.958
Total	85.599	199.886	85.599	199.886

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de registro de provisão para perda nos estoques e, em 31 de dezembro de 2013, não houve a necessidade de constituir provisão para perda.

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Pagamento a maior de IRPJ e CSLL	6.563	93.840	8.071	93.933
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	148.641	144.776	148.974	144.990
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4.396	43.099	4.396	43.099
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.814	5.064	10.814	5.064
Outros	207	4.114	207	4.114
Total	170.621	290.893	172.462	291.200
Ativo circulante	46.025	150.584	47.866	150.891
Ativo não circulante	124.596	140.309	124.596	140.309
Total	170.621	290.893	172.462	291.200

A parcela não circulante é representada basicamente por créditos de ICMS. A Namisa é preponderantemente exportadora, acumulando crédito de ICMS em suas filiais, principalmente nas operações de Congonhas, por conta das operações de beneficiamento de minério com a CSN e também em Ouro Preto e Fernandinho, por conta de compras de energia elétrica e óleo diesel.

A Administração da Companhia avalia periodicamente a recuperação dos créditos de ICMS e conclui não ser necessário o registro de qualquer provisão para redução ao valor recuperável desses créditos.

A Companhia tem obtido êxito na realização dos créditos de ICMS, através da aquisição de caminhões para transportar minério de ferro.

8 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia opera de forma integrada com a CSN, destacando-se as transações de prestação de serviços, fornecimento de minério de ferro, em Casa Pedra, embarque portuário no Terminal de Carvão - TECAR, em Itaguaí - RJ, e a utilização de transporte ferroviário com a MRS Logística S.A. ("MRS Logística").

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os saldos patrimoniais e o valor das operações estão representados como segue:

(a) Contas patrimoniais

Ativo	Controladora									
	2013					2012				
	CSN	MRS Logística	Consórcio Asiático	Namisa Handel	Total	CSN	MRS Logística	Consórcio Asiático	Namisa Handel	Total
Circulante:										
Contas a receber de clientes	403	-	-	9.696	10.099	294.006	-	-	23.386	317.392
Outros valores a receber (1)	531	-	-	-	531	13.702	-	-	-	13.702
Dividendos (1)	-	11.234	-	-	11.234	-	10.606	-	-	10.606
Pré-pagamento (2)	421.550	-	-	-	421.550	668.200	-	-	-	668.200
Total	422.484	11.234	-	9.696	443.414	975.908	10.606	-	23.386	1.009.900
Não circulante:										
Pré-pagamento (2)	8.522.067	-	-	-	8.522.067	7.757.475	-	-	-	7.757.475
Total	8.522.067	-	-	-	8.522.067	7.757.475	-	-	-	7.757.475
Passivo										
Circulante:										
Fornecedores	11.125	6.362	-	-	17.487	121.273	10.579	-	-	131.852
Empréstimos e financiamentos	40.054	-	-	-	40.054	145	-	-	-	145
Dividendos	202.004	-	134.669	-	336.673	442.004	-	294.669	-	736.673
Outras contas a pagar	58.851	2.465	-	-	61.316	56.265	10.578	-	-	66.843
Total	312.034	8.827	134.669	-	455.530	619.687	21.157	294.669	-	935.513
Não circulante:										
Empréstimos e financiamentos	320.936	-	-	-	320.936	314.699	-	-	-	314.699
Total	320.936	-	-	-	320.936	314.699	-	-	-	314.699

(1) Referem-se a valores registrados no balanço, na rubrica "Empréstimos e recebíveis".

(2) Referem-se a valores registrados no balanço, na rubrica "Adiantamentos a fornecedores".

Ativo	Consolidado							
	2013				2012			
	CSN	MRS Logística	Consórcio Asiático	Total	CSN	MRS Logística	Consórcio Asiático	Total
Circulante:								
Contas a receber	403	-	-	403	293.998	-	-	293.998
Outros valores a receber (1)	40.533	-	-	40.533	13.702	-	-	13.702
Dividendos (1)	-	11.234	-	11.234	-	10.606	-	10.606
Pré-pagamento (2)	421.550	-	-	421.550	668.200	-	-	668.200
Total	462.486	11.234	-	473.720	975.900	10.606	-	986.506
Não circulante:								
Pré-pagamento (2)	8.522.067	-	-	8.522.067	7.757.475	-	-	7.757.475
Empréstimos e recebíveis	39.824	-	-	39.824	69.479	-	-	69.479
Total	8.561.891	-	-	8.561.891	7.826.954	-	-	7.826.954
Passivo								
Circulante:								
Fornecedores	11.125	6.362	-	17.487	121.273	10.579	-	131.852
Empréstimos e financiamentos	40.054	-	-	40.054	145	-	-	145
Dividendos	202.004	-	134.669	336.673	442.004	-	294.669	736.673
Outras contas a pagar	59.531	2.465	-	61.996	56.265	10.578	-	66.843
Total	312.714	8.827	134.669	456.210	619.687	21.157	294.669	935.513
Não circulante:								
Empréstimos e financiamentos	320.936	-	-	320.936	314.699	-	-	314.699
Total	320.936	-	-	320.936	314.699	-	-	314.699

(1) Referem-se a valores registrados no balanço, na rubrica "Empréstimos e recebíveis".

(2) Referem-se a valores registrados no balanço, na rubrica "Adiantamentos a fornecedores".

(b) Transações com partes relacionadas

	Controladora							
	2013				2012			
	CSN	MRS Logística	Namisa Handel	Total	CSN	MRS Logística	Namisa Handel	Total
Resultado:								
Receitas	20.495	-	1.992.882	2.013.377	1.046.225	-	1.896.392	2.942.617
Custos	(330.910)	(206.826)	-	(537.736)	(1.291.860)	(456.290)	-	(1.748.150)
Resultado financeiro líquido	1.018.216	33.325	-	1.051.541	926.208	24.239	(2.540)	947.907
Varição cambial, líquida	(43.854)	-	-	(43.854)	(11.275)	-	25.535	14.260
Total	663.947	(173.501)	1.992.882	2.483.328	669.298	(432.051)	1.919.387	2.156.634

	Consolidado							
	2013				2012			
	CSN	MRS Logística	Consórcio Asiático	Total	CSN	MRS Logística	Consórcio Asiático	Total
Resultado:								
Receitas	20.495	-	223.146	243.641	1.046.225	-	178.039	1.224.264
Custos	(330.910)	(206.826)	-	(537.736)	(1.291.860)	(456.290)	-	(1.748.150)
Resultado financeiro líquido	1.022.217	33.325	-	1.055.542	929.836	24.239	-	954.075
Varição cambial, líquida	(43.854)	-	-	(43.854)	(11.275)	-	-	(11.275)
Total	667.948	(173.501)	223.146	717.593	672.926	(432.051)	178.039	415.914

(c) Descrição dos acordos com partes relacionadas

A seguir, apresentamos uma descrição das principais transações realizadas com partes relacionadas:

(i) CSN - pré-pagamento e exportações de minério

A Companhia celebrou contratos de longo prazo com a CSN para prestação de serviços de operação portuária e fornecimento de minério de ferro bruto ("ROM") da mina Casa de Pedra, conforme descrito a seguir:

• Contrato de serviços de operação portuária e fornecimento de minério de ferro:

Em 30 de dezembro de 2008, a Companhia celebrou contrato para aquisição de serviços portuários e compra de minério de ferro com a CSN, por um período estimado de 34 anos. O volume do contrato é de 1,7 milhões de toneladas de minério de ferro bruto e serviços portuários para um volume de 1,1 milhões de toneladas. A Companhia pré-pagou o equivalente a aproximadamente 60% do valor de serviços portuários contratados, no montante aproximado de R\$ 7.300.000. Os valores pré-pagos são corrigidos monetariamente à taxa de 12,5% ao ano.

Adicionalmente, a Companhia realiza exportações de minério de ferro para subsidiárias da CSN no exterior, cuja finalidade é a venda de minério no mercado internacional.

(ii) Empréstimos (pré-pagamento de exportação)

Foram celebrados contratos financeiros de pré-pagamento de exportação com certas subsidiárias da CSN, os quais estão detalhados na nota explicativa nº 13.

(iii) MRS Logística

A Companhia celebrou contrato de prestação de serviços de longo prazo de transporte ferroviário para o escoamento e a movimentação da produção. As obrigações assumidas e os valores envolvidos estão detalhados na nota explicativa nº 15.

(iv) Consórcio Asiático

A Companhia realiza exportações para os membros do Consórcio Asiático de acordo com contratos de longo prazo e preços com base em cotações de mercado.

(v) Namisa Handel GmbH ("Namisa Handel")

A Companhia realiza exportações de minério de ferro para a Namisa Handel, que é uma subsidiária integral da Companhia, cuja finalidade é a venda desse minério no mercado internacional.

(d) Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração, diretores estatutários e demais diretores. A Companhia apresenta no quadro a seguir informações sobre remunerações em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013	2012
Benefícios de curto prazo	2.549	2.631
Benefícios pós-emprego	22	16
Total	2.571	2.647

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação do saldo dos impostos diferidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é apresentada a seguir:

	IRPJ/CSLL	
	2013	2012
Saldo no início do exercício	325.706	611.159
Amortização fiscal do ágio	(287.401)	(326.367)
Constituição (reversão) de provisões operacionais	(3.903)	17.230
Ajustes de inventários indedutíveis temporariamente	(17.822)	29.766
Variação cambial	(14.612)	14.612
Utilização do prejuízo fiscal/base negativa de CSLL	-	(20.694)
Saldo no fim do exercício	1.968	325.706

Parcela substancial do crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos refere-se ao ágio de incorporação de controlada, cuja realização integral está prevista para ocorrer em 2014.

Medida Provisória nº 627/13

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória ("MP") nº 627, que revoga o RTT e traz outras providências, entre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do IRPJ, bem como na legislação pertinente à CSLL; (ii) definição de que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em Lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que Lei tributária regule a matéria; (iii) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre o capital próprio; e (v) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015; no entanto, a sua adoção antecipada, de forma irretroativa, em 2014, pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente aqueles relacionados a dividendos e juros sobre o capital próprio efetivamente pagos desde 2008 até a data de publicação desta MP.

A Companhia está estudando os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação das referidas disposições da MP e não espera ajustes relevantes nas suas demonstrações financeiras.

A Administração aguarda a apreciação da referida MP pelo Poder Legislativo a fim de decidir sobre sua eventual adoção antecipada para o ano-calendário 2014.

10 INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Investimento em títulos patrimoniais:				
MRS Logística S.A.	171.760	171.760	171.760	171.760
Empresa controlada:				
Namisa Internacional Minérios, S.L.U.	4.574.621	3.851.258	-	-
Total	4.746.381	4.023.018	171.760	171.760

A movimentação do investimento na empresa controlada é demonstrada conforme a seguir:

	2012		2013	
	Saldo inicial do investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo inicial do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Empresas				
MRS Logística S.A.	171.760	-	171.760	-
Namisa Internacional Minérios, S.L.U.	3.851.258	723.363	4.574.621	723.363
Total	4.023.018	723.363	4.746.381	723.363

	2011		2012	
	Saldo inicial do investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo inicial do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Empresas				
MRS Logística S.A.	171.760	-	171.760	-
Namisa Internacional Minérios, S.L.U.	3.021.473	829.785	3.851.258	829.785
Total	3.193.233	829.785	4.023.018	829.785

A seguir, uma breve descrição dos investimentos:

Namisa Internacional

Situada em Madri, essa subsidiária integral foi adquirida em 16 de abril de 2008 e atua como "holding", tendo participação de 100% no capital das controladas Namisa Europe e Namisa Handel, cujas principais atividades estão relacionadas à comercialização de minério de ferro no mercado internacional e às operações financeiras.

No quadro a seguir, resumo das informações financeiras da controlada Namisa Internacional para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013		2012	
	Namisa Internacional	Namisa Internacional	Namisa Internacional	Namisa Internacional
Ativo:				
Circulante (*)	4.568.436	3.854.195		
Não circulante	40.182	69.894		
Total	4.608.618	3.924.089		
Passivo:				
Circulante	33.997	72.831		
Exigível a longo prazo	-	-		
Patrimônio líquido	4.574.621	3.851.258		
Total	4.608.618	3.924.089		
(*) Refere-se principalmente à caixa e equivalentes de caixa.				
Receita líquida	2.338.753	2.736.215		
(-) Custo dos produtos vendidos	(2.007.980)	(1.901.544)		
Lucro bruto	330.773	834.671		
Despesas operacionais	(189.563)	(305.878)		
Resultado financeiro, líquido	24.802	31.527		
Varição cambial	569.120	281.922		
Lucro antes dos impostos	735.132	842.242		
Impostos sobre o lucro	(11.769)	(12.457)		
Lucro líquido do exercício	723.363	829.785		

MRS Logística

Em novembro de 2008, a CSN capitalizou na Namisa 10% de ações preferenciais classe "A", sem direito a voto, não conversíveis, da MRS Logística, pelo montante de R\$ 172 milhões, conforme boletim de subscrição e laudo de avaliação das ações de emissão da MRS Logística.

A MRS Logística é uma sociedade por ações que tem por objeto a exploração e o desenvolvimento de serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

O investimento na MRS é avaliado ao custo histórico.

11 IMOBILIZADO
(a) Composição do imobilizado

	Controladora						Consolidado					
	2013			2012			2013			2012		
	Taxa deprec. (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxa deprec. (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Terrenos	4,443	4,443	-	4,443	4,443	-	4,443	4,443	4,443	-	4,443	
Edificações	2,46	113,159	(7,353)	105,806	113,159	(7,353)	105,806	2,46	113,159	(7,353)	105,806	
Móveis e utensílios	9,30	4,813	(1,536)	3,277	5,363	(1,536)	3,827	9,30	4,813	(1,536)	3,277	
Veículos	12,69	1,063	(317)	746	1,063	(317)	746	12,69	1,063	(317)	746	
Máquinas, equipamentos e instalações	6,93	202,818	(66,558)	136,260	202,818	(66,822)	135,996	6,93	202,818	(66,558)	136,260	
Equipamentos de computação	20,30	3,568	(2,287)	1,281	3,568	(2,287)	1,281	20,30	3,568	(2,287)	1,281	
Minas e jazidas	(*)	13,232	(1,320)	11,912	13,232	(1,320)	11,912	(*)	13,232	(1,320)	11,912	
Beneficentárias em bens de terceiros	18,60	1,842	(1,716)	126	1,842	(1,716)	126	18,60	1,842	(1,716)	126	
Imobilizado de terceiro em nosso poder	6,67	530	(68)	462	530	(68)	462	6,67	530	(68)	462	
Outros bens	-	7,477	-	7,477	7,477	-	7,477	-	7,477	-	7,477	
Obras em andamento	-	234,157	-	234,157	234,157	-	234,157	-	234,157	-	234,157	
Total		587,102	(81,155)	505,947	587,652	(81,419)	506,233		587,102	(81,155)	505,947	

(*) A exaustão das jazidas é calculada em virtude do volume de minério extraído em relação à reserva lavrável, visto que a estimativa da Companhia é que as reservas sejam esgotadas em um período máximo de 30 anos.

(b) Obras em andamento

Os gastos classificados em obras em andamento são compostos basicamente por aquisição de serviços e compra de partes e peças, a serem aplicados como investimentos para aumento de performance, melhoria tecnológica, ampliação, expansão e aquisição de ativos, que serão transferidos para as respectivas contas e depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso. O saldo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é composto pelos seguintes projetos:

Principais projetos

	2013	2012
Ampliação da estrutura administrativa	11.470	6.387
Expansão da capacidade produtiva - Pires	120.080	100.177
Planta de pelotização	78.622	70.614
Expansão da capacidade produtiva - Fernandinho	11.868	13.194
Outros	12.117	-
Total	234.157	190.372

Movimentação do imobilizado

	Controladora					2013 Saldo final
	2012 Saldo inicial	Adições	Baixa	Depreciação	Outras movimentações	
Edificações	105.720	-	-	(2.702)	2.788	105.806
Máquinas e equipamentos	141.856	4.130	(2.045)	(15.734)	8.053	136.260
Móveis e utensílios	3.479	268	(22)	(452)	5	3.278
Veículos	692	190	-	(136)	-	746
Equipamentos de computação	1.526	268	(2)	(564)	53	1.281
Terrenos	4.443	-	-	-	-	4.443
Minas e jazidas	12.216	-	-	(303)	-	11.913
Beneficentárias em bens de terceiros	245	-	-	(120)	-	125
Imobilizado de terceiro em poder da Companhia	498	-	-	(35)	-	463
Outros bens	5.082	1.224	(1.397)	-	2.566	7.475
Obras em andamento	190.372	60.693	-	-	(16.908)	234.157
Total	466.129	66.773	(3.466)	(20.046)	(3.443)	505.947

	Consolidado					2013 Saldo final
	2012 Saldo inicial	Adições	Baixa	Depreciação	Outras movimentações	
Edificações	105.720	-	-	(2.702)	2.788	105.806
Máquinas e equipamentos	141.856	4.130	(2.045)	(15.734)	8.052	136.260
Móveis e utensílios	3.809	268	(22)	(452)	5	3.608
Veículos	692	190	-	(136)	-	746
Equipamentos de computação	1.526	268	(2)	(564)	53	1.281
Terrenos	4.443	-	-	-	-	4.443
Minas e jazidas	12.215	-	-	(303)	-	11.912
Beneficentárias em bens de terceiros	245	-	-	(120)	-	125
Imobilizado de terceiro em poder da Companhia	498	-	-	(35)	-	463
Outros bens	5.083	1.292	(1.397)	(114)	2.568	7.432
Obras em andamento	190.372	60.693	-	-	(16.908)	234.157
Total	466.459	66.841	(3.466)	(20.159)	(3.442)	506.233

12 INTANGÍVEL

Os saldos contábeis dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são assim apresentados:

	2013						
	Taxa de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio - CFM	-	578.531	-	578.531	578.531	-	578.531
Software	21,05	6.186	(577)	5.609	6.186	(577)	5.609
Total		584.717	(577)	584.140	584.717	(577)	584.140

Para elaboração da projeção do fluxo de caixa que suportou esta avaliação, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Margem bruta - para a apuração da margem foram considerados os planos de expansão já aprovados no plano de negócios da Companhia. Foram considerados os preços do minério de ferro no mercado internacional com base em projeções elaboradas por instituições oficiais do segmento de mineração e para o câmbio foi considerada uma curva projetada da taxa do dólar norte-americano em termos reais até 2016, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, visto que, de 2016 em diante, foi considerada variação nula.
- Atualização dos custos - a atualização dos custos foi baseada em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais.
- Taxa de crescimento - os fluxos de caixa consideraram o período de projeção até 2052, devido à extensão nos prazos de implementação de alguns projetos e aos fluxos de vencimento dos principais contratos para os quais o plano de negócios foi desenvolvido. Dessa forma, não é necessário considerar a taxa de crescimento em virtude de o período de projeção ser acima de 30 anos.
- Taxa de desconto - considerada 8,2% ao ano, antes dos tributos sobre o lucro.

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Passivo circulante:				
PPE - partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	40.054	145	40.054	145
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Finaime	2.193	1.443	2.193	1.443
Total	42.247	1.588	42.247	1.588
Passivo não circulante:				
PPE - partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	320.936	314.699	320.936	314.699
BNDES - Finaime	19.025	21.107	19.025	21.107
Total	339.961	335.806	339.961	335.806

Os empréstimos e financiamentos com partes relacionadas estão relacionados, substancialmente, a pré-pagamentos de exportação, com características e condições descritas a seguir:

- CSN Portugal Lda. (ex-CSN Export S.à.r.l.) - contrato de US\$ 100 milhões (equivalentes a R\$ 169.000), com taxa de juros de 6,5% ao ano. Nos meses de agosto e outubro de 2008 foram efetuados pagamentos de duas parcelas, ambas no valor de US\$ 20 milhões, e o saldo de US\$ 60 milhões (equivalente a R\$ 101.000) foi repactuado em dezembro de 2008, com vencimento final em março de 2015.
- CSN Europe Lda. (ex-CSN Madeira) - contrato de US\$ 34 milhões (equivalentes a R\$ 80.000), com taxa de juros de 5,37% ao ano e vencimento em junho de 2015.
- CSN Ibéria - contrato de US\$ 60 milhões (equivalentes a R\$ 105.000), com taxa de juros de 6,8% ao ano e vencimento final em março de 2015.

Em fevereiro de 2011, a Companhia contratou com o BNDES duas operações de crédito especial, para aquisição de equipamentos operacionais, nos montantes de R\$ 5.266 e R\$ 5.035, cujo prazo final de amortização é de 94 meses e as taxas de juros são de 5,5% e 8,0% ao ano, respectivamente, com pagamentos mensais.

Em setembro de 2012, a Companhia contratou com o BNDES uma operação de crédito especial, para aquisição de equipamentos operacionais, no montante de R\$ 12.989, cujo prazo final de amortização é de 104 meses e a taxa de juros é de 5,5%, com pagamentos mensais a partir de julho e agosto de 2014.

O escalonamento dos vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos está divulgado na nota explicativa nº 23 (d).

Os empréstimos contratados não possuem cláusulas contratuais restritas ("covenants"). Os contratos celebrados com o BNDES possuem garantia real representada pelos bens financiados.

14 PROVISÃO PARA RISCOS

As provisões para riscos foram estimadas pela Administração com base em informações de seus assessores jurídicos (internos e externos), que realizaram a análise das demandas judiciais pendentes. As provisões foram constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Trabalhistas	931	494	931	494
Ambientais	4.089	4.514	4.089	4.514
Total	5.020	5.008	5.020	5.008

Adicionalmente, a Companhia tem outros processos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, os quais, em 31 de dezembro de 2013, somavam R\$ 2.393.829 (R\$ 1.923.642 em 31 de dezembro de 2012), sendo R\$ 16.993 (R\$ 11.105 em 31 de dezembro de 2012) em processos trabalhistas, R\$ 3.272 (R\$ 1.132 em 31 de dezembro de 2012) em processos cíveis, R\$ 2.365.255 (R\$ 2.179.876 em 31 de dezembro de 2012) em processos fiscais e R\$ 8.309 (R\$ 570 em 31 de dezembro de 2012) em processos ambientais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos processos mais relevantes:

(a) Processo administrativo - auto de infração IRPJ/CSLL, lucros no exterior, no montante de R\$ 256.234, considerando principal, multa e juros: trata-se de atuação fiscal voltada para a constituição de débito tributário de IRPJ e CSLL sobre lucros apurados no ano 2008 por empresas controladas situadas no exterior.

(b) Processo administrativo - auto de infração IRRF no montante de R\$ 145.142, considerando principal, multa e juros: trata-se de auto de infração para a constituição de débito tributário de IRRF, supostamente devido pela Namisa na qualidade de responsável pela retenção e pelo recolhimento do imposto incidente sobre o ganho de capital auferido por pessoa jurídica domiciliada no exterior, alienante de bem localizado no Brasil.

(c) Processo administrativo - auto de infração IRPJ/CSLL no montante de R\$ 1.887.705, considerando principal, multa e juros: trata-se de auto de infração voltado para a constituição de crédito tributário de IRPJ/CSLL, decorrente da glosa de despesas de água, nos anos de 2009 a 2011, provenientes da incorporação da Big Jump Energy Participações S.A.

15 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia, em conjunto com o acionista controlador CSN, celebrou, em janeiro de 2011, contrato de transporte ferroviário de minério de ferro com a MRS Logística, pelo prazo de 16 anos. Esse contrato possui cláusula que garante o pagamento mínimo de 80% do volume contratado, independentemente do volume transportado ("take or pay"). O montante mínimo futuro de pagamento necessário até o vencimento do contrato é de aproximadamente R\$ 3.889.763, com pagamentos anuais mínimos de cerca de R\$ 444.544.

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social da Companhia é de R\$ 2.800.000, dividido em 475.067.405 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 285.040.443 ações pertencentes à CSN e 190.026.962 ações pertencentes ao Consórcio Asiático.

Acionistas	País	Número de ações	Participação (%)
Companhia Siderúrgica Nacional	Brasil	285.040.443	60,00
Brazil Japan Iron Ore Corporation	Japão	154.491.661	32,52
POSCO	Coreia do Sul	30.784.627	6,48
China Steel Corporation	China	4.750.674	1,00
Total		475.067.405	100,00

Durante o ano 2012, os principais atos societários apreciados em assembleia foram:

(i) Na Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 29 de março de 2012, foi aprovada a proposta da Administração de destinação do lucro líquido do exercício apurado em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 2.073.345, da seguinte forma:

- (1) Destinação de R\$ 103.667 para a reserva legal.
- (2) Destinação de R\$ 933.005 para a reserva de investimento.
- (3) Distribuição de R\$ 1.036.673 a título de dividendos, correspondendo ao valor de aproximadamente R\$ 2,18 por ação, com pagamento de tais dividendos pela Companhia em duas parcelas, sendo a primeira, no valor de R\$ 518.336, em 18 de julho de 2012 e a segunda, no valor de R\$ 518.336, em 4 de dezembro de 2012, sem atualização monetária.
- (4) Redução dos dividendos mínimos a serem declarados na próxima AGE, relativos ao ano fiscal 2012, de 50% para 25% do lucro líquido.

(ii) Na AGE de 30 de março de 2012, foram aprovados:

- (1) Aumento de capital, realizado com a reserva de água, no montante de R\$ 1.626.046.
- (2) Transferência do saldo existente na conta "Reserva de lucros a realizar", no montante de R\$ 956.578, para a conta "Reserva de investimentos", ambas pertencentes ao grupo de reserva de lucros.

(iii) Na AGE de 28 de dezembro de 2012, foram aprovados:

- (1) Pagamento parcial dos dividendos de 2011, no valor de R\$ 300.000, até 31 de dezembro de 2012.
- (2) Suspensão temporária do pagamento da parcela remanescente dos dividendos de 2011 até 15 de março de 2013, devendo os acionistas, até essa data, convocar e instalar uma nova assembleia geral para a respectiva deliberação.

Durante o ano 2013, na AGE de 3 de junho de 2013, os acionistas aprovaram por unanimidade o pagamento de uma parcela adicional dos dividendos declarados em 2011 no montante de R\$ 400.000, para liquidação em 5 de junho de 2013.

(b) Reserva de capital

A reserva de capital, no montante de R\$ 6.473.699 em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é composta por R\$ 5.081.840, constituída em 30 de dezembro de 2008, referente ao ágio gerado na emissão de 187.749.249 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, inscritas e integralizadas pela Big Jump Energy Participações S.A., pelo preço unitário de R\$ 38,81, dos quais R\$ 3,08 representam o preço de emissão unitário, fixado nos termos do artigo 170, inciso II, da Lei nº 6.404/76, tendo sido destinados à reserva de capital R\$ 35,73 por ação; e reserva especial de ágio na incorporação da Big Jump Energy Participações S.A., no montante de R\$ 1.391.859, conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2009.

(c) Reserva legal

A partir de 2012, a Companhia, em sua interpretação do artigo 193, parágrafo 1º, da Lei mencionada anteriormente, deixou de constituir a reserva legal no exercício, pois entende que suas reservas de capital excedem os 30% do capital social.

(d) Destinação dos resultados

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 (c), a Companhia possui contratos de longo prazo firmados com seu acionista CSN para a compra de minério de ferro e a utilização de serviços portuários, para os quais foram realizados pré-pagamentos pelo prazo aproximado de 34 anos e cujos saldos são atualizados mensalmente por uma taxa de juros acordada contratualmente entre as partes.

Durante o exercício de 2012, a Administração questionou a sistemática contratual que vem sendo utilizada para a atualização dos saldos dos referidos pré-pagamentos, por entender que gera distorções na posição de caixa e nos resultados da Companhia, que tendem a se repetir nos períodos futuros. Considerando isso, a Administração submeteu ao Conselho de Administração uma proposta para endereçar a questão dos juros estabelecidos contratualmente. Entretanto, não houve aprovação da proposta por parte do Conselho naquela oportunidade e as discussões sobre esses contratos e o seu eventual aditamento permanecem pendentes até o fechamento destas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base nos contratos vigentes e incluem a atualização monetária dos saldos do pré-pagamento pela taxa contratualmente estabelecida, conforme detalhado na nota explicativa nº 8 (c), e não consideram eventuais impactos decorrentes do desfecho dessas discussões nas estimativas utilizadas para definir os valores dos ativos envolvidos, cujo julgamento é complexo, no entender da Administração. Uma alteração nessas estimativas, representada pelo desfecho das discussões entre as partes, será refletida nas demonstrações financeiras de forma prospectiva.

Dessa forma, a destinação dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 acha-se exposta a seguir, sendo a parcela do lucro acumulado excedente do resultado operacional apurado alocada a uma reserva de contingências e o saldo não absorvido pela reserva de contingências alocado para a reserva de investimentos destinada a cobrir o programa de investimentos dos próximos exercícios.

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	892.856	1.616.486
Reserva de investimentos	-	(120.411)
Reserva de contingências	(892.856)	(1.496.075)

(e) Dividendos

O estatuto da Companhia prevê o pagamento mínimo de dividendos à ordem de 50% do lucro líquido; contudo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a fim de evitar a distribuição de resultados que eventualmente possam ser afetados pelas discussões mencionadas anteriormente que ainda estão pendentes e pelo fato de os dividendos declarados em 2011 não terem sido integralmente quitados, não estão sendo propostos dividendos para o exercício de 2013, decisão esta a ser ratificada em Assembleia.

(f) Reserva para contingência

Diante do cenário anteriormente exposto, a Administração da Companhia propõe a destinação de parcela do resultado dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 para a constituição de reserva de contingências nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76, no valor de R\$ 892.856 e R\$ 1.496.075, respectivamente.

17 LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro líquido dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui ações em tesouraria. O lucro por ação foi calculado conforme o quadro a seguir:

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da Namisa	892.856	1.616.486
Média ponderada da quantidade de ações	475.067	475.067
Lucro por ação básico	1,8794	3,4026

A Companhia não possui instrumentos potencialmente conversíveis em ações nos exercícios apresentados; portanto, o lucro por ação básico é igual ao lucro por ação diluído.

18 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir, a conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração do resultado do exercício. A redução das receitas líquidas observada no exercício de 2013 decorre, substancialmente, do menor volume produzido e, conseqüentemente, comercializado durante o exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita operacional bruta:				
Mercado interno	38.681	117.545	38.681	117.545
Mercado externo	1.992.882	2.898.542	2.339.830	3.738.455
	2.031.563	3.016.087	2.378.511	3.856.000
Deduções:				
Tributos sobre vendas	(7.595)	(19.406)	(7.596)	(19.405)
Devoluções e abatimentos	(3)	(89)	(1.079)	(180)
	(7.598)	(19.495)	(8.675)	(19.585)
Receita operacional líquida	2.023.965	2.996.592	2.369.836	3.836.415

19 INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Material de terceiros	(487.835)	(925.214)	(487.835)	(925.214)
Manuseio no porto	(255.767)	(526.583)	(255.767)	(526.583)
Frete ferroviário	(221.459)	(456.290)	(221.459)	(456.290)
Serviços de beneficiamento	-	(424.554)	-	(424.554)
Frete e seguro	(316)	(1.355)	(159.531)	(273.700)
Matéria prima	(97.179)	(110.004)	(97.179)	(110.004)
Mão de obra	(100.735)	(94.721)	(102.149)	(98.484)
Serviços operacionais	(48.360)	(61.229)	(48.360)	(61.229)
Manutenção	(62.535)	(44.172)	(62.535)	(44.172)
"Demurrage"	-	-	(22.246)	(24.838)
Serviços de infraestrutura	(24.841)	(21.889)	(25.189)	(22.259)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Depreciação	(21.045)	(16.152)	(21.341)	(16.423)
Outros	(63.084)	(148.301)	(84.224)	(158.418)
	(1.383.156)	(2.830.464)	(1.587.815)	(3.142.168)
Custo dos produtos vendidos	(1.075.804)	(2.198.342)	(1.090.901)	(2.203.494)
Vendas	(238.464)	(527.939)	(419.915)	(828.646)
Gerais e administrativas	(48.801)	(53.093)	(55.966)	(57.985)
Outras despesas, líquidas	(20.087)	(51.090)	(21.033)	(52.043)
Total	(1.383.156)	(2.830.464)	(1.587.815)	(3.142.168)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19, a redução dos custos no exercício de 2013 reflete o menor volume produzido e comercializado.

20 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas financeiras:				
Partes relacionadas	(21.922)	(71.310)	(21.915)	(68.770)
Juros e multas apropriados - REFIS	(344.786)	-	(344.786)	-
Outras despesas financeiras	(16.050)	(3.862)	(16.084)	(3.593)
	(382.758)	(75.172)	(382.785)	(72.363)
Receitas financeiras:				
Partes relacionadas	1.040.138	994.978	1.044.132	998.606
Dividendos	33.325	24.239	33.325	24.239
Reversão de juros e multas - REFIS	336.967	-	336.967	-
Outras receitas financeiras	78.675	58.056	99.510	83.819
	1.489.105	1.077.273	1.513.934	1.106.664
Recargas financeiras, líquidas	1.106.347	1.002.101	1.131.149	1.034.301

Recargas financeiras, líquidas

	2013	2012
Partes relacionadas	2.207	43.268
Terceiros	-	82
Passivas:		
Partes relacionadas	(46.089)	(28.996)
Terceiros	(18)	(125)
Variações cambiais líquidas	(43.900)	14.229
Variações monetárias líquidas	(1.657)	(745)
Variações cambiais e monetárias	(45.557)	13.484

Variações cambiais

	2013	2012
Partes relacionadas	2.207	43.268
Terceiros	-	82
Passivas:		
Partes relacionadas	(46.089)	(28.996)
Terceiros	(18)	(125)
Variações cambiais líquidas	(43.900)	14.229
Variações monetárias líquidas	(1.657)	(745)
Variações cambiais e monetárias	(45.557)	13.484

Variações cambiais e monetárias

	2013	2012
Partes relacionadas	2.207	43.268
Terceiros	-	82
Passivas:		
Partes relacionadas	(46.089)	(28.996)
Terceiros	(18)	(125)
Variações cambiais líquidas	(43.900)	14.229
Variações monetárias líquidas	(1.657)	(745)
Variações cambiais e monetárias	(45.557)	13.484

21 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO - PROGRAMA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia é patrocinadora de plano de pensão, instituído em 2012, administrado por entidade fechada de previdência privada (CBSPREV Namisa), que prevê aos empregados beneficiários de aposentadoria na modalidade de contribuição definida e beneficiários de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte) na modalidade de benefício definido, coberto por apólice de seguro, com custeio integral por parte dos empregados.

A obrigação da Companhia limita-se à contribuição mensal até o período em que o empregado estiver ativo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$ 1.342 (R\$ 1.667 em 2012). Em relação aos benefícios de risco, que são integralmente custeados pelos empregados, a Companhia realizou a avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e concluiu não haver risco residual a ser provisionado.

22 PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

Em 9 de outubro de 2013, o governo federal publicou a Lei nº 12.865/13, subsequentemente alterada pela Medida Provisória nº 627, de 11 de dezembro de 2013, que permitiu às empresas realizarem o pagamento voluntário do IRPJ e da CSLL relacionados aos lucros gerados por subsidiárias e/ou controladas situadas no exterior, conforme definido no artigo 74 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O referido programa permitiu o pagamento dos tributos em até 180 parcelas, oferecendo descontos da totalidade das multas e dos juros para os pagamentos realizados à vista e 80% das multas e 50% dos juros para os pagamentos realizados em parcelas. Também de acordo com a legislação, foi permitida a utilização de prejuízos fiscais próprios, de controlada e de controladora direta ou indireta, para a liquidação dos montantes incluídos no programa.

Nesse sentido, a Administração da Companhia avaliou suas operações mantidas no exterior, comparando com diversos casos no mercado que estão em discussão nas esferas administrativa e judiciária, e decidiu por incluir no programa os montantes relativos aos lucros auferidos pelas suas controladas no exterior nos anos de 2009 a 2012.

Os montantes de IRPJ e CSLL resultantes da adesão totalizaram R\$ 892.649, sendo pagos à vista R\$ 554.485 relativos aos anos de 2009 a 2011 e R\$ 87.828 relativos ao ano 2012, acrescidos de multa e juros, parcelados em 180 vezes, com entrada de 20% do valor, acrescido de multa e juros calculados líquidos das reduções previstas no programa, totalizando R\$ 17.566. Adicionalmente, foi abatido o montante de R\$ 258.157 relativo ao prejuízo fiscal adquirido do acionista controlador indireto Vicunha S.A., com pagamento à vista. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2013 totalizava R\$ 70.588, a ser liquidado em 180 parcelas, sendo as 12 primeiras classificadas no passivo circulante e as demais no passivo não circulante. A adesão ao programa resultou em reconhecimento de despesa de imposto de renda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no valor de R\$ 995.383.

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS
(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão relacionados a aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, tais como operações de "swap" cambial e "swap" de juros, entre outros.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo custo amortizado e são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

(b) Classificação de instrumentos financeiros (consolidado)

Ativo	2013			2012		
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos - método do custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos - método do custo amortizado	Total
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa	4.815.211	-	4.815.211	4.081.425	-	4.081.425
Contas a receber de clientes	220.739	-	220.739	498.578	-	498.578
Adiantamento a fornecedores	423.245	-	423.245	694.029	-	694.029
Empréstimos e recebíveis	51.854	-	51.854	26.375	-	26.375
Não circulante:						
Adiantamento a fornecedores	8.522.067	-	8.522.067	7.757.475	-	7.757.475
Empréstimos e recebíveis	39.824	-	39.824	69.479	-	69.479
Circulante:						
Empréstimos e financiamentos	-	42.247	42.247	-	1.588	1.588
Fornecedores	-	57.576	57.576	-	208.658	208.658
Não circulante:						
Empréstimos e financiamentos	-	339.961	339.961	-	335.806	335.806

(c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de riscos, com orientações em relação aos riscos incorridos por ela. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito.



Nacional Minérios S.A.

CNPJ nº 08.446.702/0001-05 – NIRE 31.3.0002.417-2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Análise de sensibilidade

Para as operações cambiais consolidadas com risco de flutuação do dólar norte-americano, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2013 de R\$ 2,3426 por US\$ 1,00, foram estimados ajustes para quatro cenários, sendo:

- Cenário 1: (50% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,1713.
- Cenário 2: (25% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,7570.
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/US\$ de 2,9283.
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade de R\$/US\$ de 3,5139.

	Risco	Valor de referência US\$ 2,3426	2013			
			Cenário 1 1,1713	Cenário 2 1,75695	Cenário 3 2,9283	Cenário 4 3,51390
Taxa de câmbio						
Ativo:						
Caixa e equivalentes de caixa	Flutuação do dólar norte-americano	1.838.811	(2.153.800)	(1.076.900)	1.076.900	2.153.800
Contas a receber de clientes	Flutuação do dólar norte-americano	93.259	(109.234)	(54.617)	54.617	109.234
Contas a receber - partes relacionadas	Flutuação do dólar norte-americano	34.109	(39.952)	(19.976)	19.976	39.952
		1.966.179	(2.302.985)	(1.151.493)	1.151.493	2.302.985
Passivo:						
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do dólar norte-americano	154.098	(180.495)	(90.248)	90.248	180.495
Fornecedores	Flutuação do dólar norte-americano	433	(508)	(254)	254	508
Outros passivos	Flutuação do dólar norte-americano	292	(342)	(171)	171	342
		154.824	(181.345)	(90.673)	90.673	181.345
Efeito líquido		1.811.355	(2.121.640)	(1.060.820)	1.060.820	2.121.640

(f) Risco de taxa de juros

A Companhia não identificou risco relevante de taxa de juros flutuantes e índices de inflação em seus passivos de longo prazo.

(g) Riscos de crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Em análise à distribuição geográfica das exportações, nota-se uma forte concentração de vendas na Ásia. Isso se deve ao fato de a China continuar com uma forte demanda por minério de ferro, além do fato de os acionistas serem grandes siderúrgicas localizadas no eixo Japão-Coreia, possuindo contratos de fornecimento de longo prazo.

A realização de grande parte das vendas mediante apresentação de cartas de crédito e a avaliação de clientes, bem como a diversificação de suas contas a receber e o controle sobre o financiamento das vendas, são os procedimentos que a Companhia adota para minimizar eventuais riscos de crédito de seus parceiros comerciais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as vendas totais para clientes que, individualmente, representam mais de 10% do faturamento totalizaram 35%.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito.

(h) Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital com o objetivo de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

24 SEGUROS

Em virtude da natureza de suas operações, a Companhia renovou, para o período entre 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2014, com uma seguradora nacional, a cobertura para riscos nomeados dos locais: (a) mineração, BR 040, km 602, Ouro Preto - MG; (b) mineração, Rodovia dos Inconfidentes, km 40, sem número, Itabirito - MG; e (c) escritório, Rua Iguatemi, 192, 25º andar, Itaim - SP. Com cobertura de danos materiais, contra incêndio/queda de raio/explosão de qualquer natureza e lucros cessantes, decorrentes de incêndio/queda de raio/explosão de qualquer natureza, no valor em risco total de R\$ 2,4 bilhões (danos materiais e lucros cessantes) e valores máximos de indenização, em caso de sinistro, de R\$ 50 milhões (incêndio) e R\$ 200 milhões (lucros cessantes).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes da Companhia.

25 APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada na reunião da Diretoria Executiva realizada em 28 de março de 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Benjamin Steinbruch Presidente	
Daniel dos Santos Júnior Masayuki Yamamoto Yutaka Washizu Ki Ho Han	Luis Fernando Barbosa Martinez Enéas Garcia Diniz Hiroshi Daimon Rosana Passos de Pádua

DIRETORIA

Daniel dos Santos Junior Diretor Presidente	Geraldo Medeiros de Moraes Diretor Comercial
Hironori Makanae Diretor Vice Presidente	Evilmar José da Fonseca Diretor Operacional
Paulo Roberto Gozzi Diretor Jurídico, Administrativo e Financeiro	

CONTADORES

Caio Márcio Martins de Araújo Gerente Geral de Controladoria Contador CRC RJ-087.085/O-S-MG
Hugomar Spelta Martins Gerente de Contabilidade Contador CRC ES-008017/O-S-MG

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e aos Acionistas da Nacional Minérios S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Nacional Minérios S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nacional Minérios S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, existem transações relevantes com partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, sobre os quais emitimos relatório em 28 de março de 2014, com ênfase sobre a existência de transações relevantes com partes relacionadas.

São Paulo, 28 de março de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Roberto Wagner Promenzio
Contador
CRC nº 1 SP 088438/O-9

Deloitte.